



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
COORDENAÇÃO DE PSICOLOGIA

**MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CASTRO**

**A ESCOLHA PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA:** percepções de egressos do Ensino  
Médio Técnico Integrado

São Luís - MA

2022

**MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CASTRO**

**A ESCOLHA PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA:** percepções de egressos do Ensino  
Médio Técnico Integrado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Curso de Psicologia para obtenção do grau  
de Bacharel em Psicologia pela Universidade  
Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane de Sousa  
Miranda

São Luís - MA

2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Castro, Maria Luiza de Oliveira.

A escolha profissional na adolescência : percepções de egressos do Ensino Médio Técnico Integrado / Maria Luiza de Oliveira Castro. - 2022.

92 f.

Orientador(a): Rosane de Sousa Miranda.

Curso de Psicologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2022.

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Escolha Profissional. 3. Maturidade Profissional. 4. Novo Ensino Médio. 5. Orientação Profissional. I. Miranda, Rosane de Sousa. II. Título.

**MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CASTRO**

**A ESCOLHA PROFISSIONAL NA ADOLESCÊNCIA:** percepções de egressos do Ensino Médio Técnico Integrado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane de Sousa Miranda

Aprovada em:

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane de Sousa Miranda (Orientadora)**

Doutora em Psicologia Social

Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Psicologia

---

**Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Áurea Pereira Silva (1º membro)**

Doutora em Psicologia como Profissão e Ciência

Universidade Federal do Maranhão/Departamento de Psicologia

---

**Prof<sup>a</sup> M<sup>a</sup> Luciana de Fátima Sopas Rocha (2º membro)**

Mestrado em Psicologia

Instituto Federal do Maranhão/Diretoria de Desenvolvimento de Ensino

---

**Prof. Dr. Adauto de Vasconcelos Montenegro (Suplente)**

Doutorado em Psicologia

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

*“Ninguém pode prever o sucesso, a menos que seja entendido como a possibilidade de superar obstáculos com maturidade” (Rodolfo Bohoslavsky)*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por toda a Sua bondade e misericórdia que tem me acompanhado por toda a minha vida. A graduação era um sonho que esteve presente em minhas orações enquanto adolescente, antes mesmo de firmar a minha escolha. Poder vivenciá-la e encerrar esse ciclo, depois de tantos desafios e percalços é graças a Sua misericórdia divina, que tem me dado forças e acompanhado nessa jornada.

Quero também agradecer a minha família, que me deu todo o apoio emocional, afetivo e financeiro durante essa caminhada, acreditando em mim em todos os momentos e etapas da minha vida. Ouvindo as minhas frustrações, paranóias e traumas, me acolhendo e exaltando minhas qualidades. Obrigada, mãe, por todo colo, puxão de orelha e paciência que teve comigo. Obrigada, pai, por ouvir minhas lamentações e me aconselhar nas minhas dificuldades da vida. Obrigada, irmã, por ser sempre suporte e exemplo para mim, mesmo sendo a caçula, você tem a maturidade de uma irmã mais velha e me ensina bastante. Obrigada, Heloíse, minha sobrinha, por ter enchido os meus dias de alegria e ter me dado ânimo para oferecer um mundo melhor para você.

Quero agradecer às minhas avós Deuselina e Enedina (*in memoriam*) por me mostrarem toda a força que ser mulher representa e por compartilharem comigo as suas sabedorias de vida. Aprendo muito em nossas conversas. Tenho imensa admiração e orgulho de ser neta de vocês.

Agradeço às minhas tias e primas (os), que me inspiraram e me aconselharam durante toda a vida, em especial a: minha prima Rosileide, que cuidou de mim durante a minha infância e foi importante para a minha educação; minha tia Edinalva, por ser minha confidente e me escutado e aconselhado nos meus dramas adolescentes; meus primos Symon e Joel, por sempre cuidarem de mim e da minha irmã e por me ensinarem muita coisa. Aos meus tios e primos da Ratolândia e do Amarante do Maranhão, por todo o carinho e afeto oferecido a mim.

Agradeço ao meu namorado e parceiro Newton Júnior, que caminhou junto comigo durante todos esses cinco anos, passamos juntos por todos os desafios e dificuldades que a graduação oferece. Essa conquista é nossa e que venham mais conquistas em nossas vidas, com um dando suporte ao outro e enchendo nossos dias de afeto e amor.

Agradeço aos meus amigos Rafael, Gisele e Francielle, por todo o apoio e pelas risadas proporcionadas. À Milla, Carla, Virlainne, Mauricio, Aline e Telmary por dividirem comigo momentos de felicidade e angústia durante a graduação e como amigos de profissão. Obrigada a todos por todo o carinho e por tudo que já fizeram por mim.

Agradeço a todos os professores que passaram por esta caminhada e que contribuíram significativamente na profissional que eu me tornei, em especial à professora Wanderléa Bandeira, que sempre se lembrou de mim e que eu tenho grande afeto. Agradeço aos professores Maria Áurea, Luciana e Adauto, por aceitarem o convite e por todas as contribuições a minha pesquisa, desde o projeto.

Agradeço imensamente à minha orientadora, professora Rosane Miranda, pelo exemplo de profissional que é para mim, que me ensinou muito durante esses anos, e é inspiração com sua postura profissional e posicionamento ético e crítico. Obrigada por toda sensibilidade, instrução e apoio.

Obrigada a todos!

## RESUMO

O presente trabalho busca analisar a percepção de egressos sobre o processo de escolha de um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. A investigação é de natureza descritiva, o método qualitativo para interpretar as questões levantadas, trabalhando com o universo de significados, aspirações e motivações abordados no fenômeno estudado, que é a Escolha Profissional. Trata-se de estudo de campo, desenvolvido a partir de entrevistas realizadas em ambiente virtual, em formato de questionário eletrônico. A pesquisa foi desenvolvida com 44 egressos do Instituto Federal do Maranhão dos campi da Região Metropolitana de São Luís, com idade a partir dos 18 anos e que concluíram o Ensino Médio Integrado nos últimos cinco anos (2017-2021). Utilizou-se como instrumento para a coleta dos dados o Questionário Eletrônico, elaborado pela pesquisadora e disponibilizado pela plataforma Formulários Google. As questões fechadas foram analisadas por meio de estatísticas descritivas e as perguntas abertas foram analisadas utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo, onde foram categorizadas as unidades de registro, sendo analisadas e divididas em quatro categorias temáticas: Processo de Escolha; Fatores de Influência; Maturidade para a Escolha; Repercussão para a Vida Profissional. Constatou-se que as escolhas profissionais desses adolescentes tiveram grande influência da família, dos professores e dos fatores socioeconômicos, além de impactarem significativamente em suas escolhas futuras. Além disso, atestamos que muitos indivíduos perpassam por esse momento de escolha sem adquirir ou elaborar a sua maturidade profissional, acarretando em processos conturbados de escolha futuramente, com o retorno de crises vocacionais não resolvidas ou elaboradas.

**Palavras-chave:** Escolha Profissional. Orientação Profissional. Educação Profissional e Tecnológica. Novo Ensino Médio. Maturidade Profissional.



## ABSTRACT

The present work seeks to analyze the perception of graduates about the process of choosing a Technical Course Integrated to High School. The investigation is of a descriptive nature, the qualitative method to interpret the questions raised, working with the universe of meanings, aspirations and motivations addressed in the studied phenomenon, which is the Professional Choice. This is a field study, developed from interviews carried out in a virtual environment, in the form of an electronic questionnaire. The research was carried out with 44 graduates of the Federal Institute of Maranhão from the campuses of the Metropolitan Region of São Luís, aged 18 and over and who completed Integrated High School in the last five years (2017-2021). The Electronic Questionnaire, prepared by the researcher and made available on the Google Forms platform, was used as an instrument for data collection. The closed questions were analyzed using descriptive statistics and the open questions were analyzed using the Content Analysis technique, where the registration units were categorized, being analyzed and divided into four thematic categories: Choice Process; Influencing Factors; Maturity for Choice; Repercussions for Professional Life. It was found that the professional choices of these adolescents were greatly influenced by family, teachers and socioeconomic factors, in addition to significantly impacting their future choices. In addition, we attest that many individuals go through this moment of choice without acquiring or elaborating their professional maturity, resulting in troubled processes of choice in the future, with the return of unresolved or elaborated vocational crises.

**Keywords:** Professional Choice. Professional Orientation. Professional and Technological Education. New High School. Professional Maturity.

## LISTA DE ABREVIACES

Educação Profissional e Tecnológica (EPT)

Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)

Psicologia Escolar e Educacional (PEE)

Orientação Profissional e de Carreira (OPC)

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM)

Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET)

Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's)

Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT)

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Plano Nacional de Educação (PNE)

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Projeto de Lei (PL)

Medida Provisória (MP)

Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (BNCC-EM)

Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)

Ministério da Educação e Cultura (MEC)

Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

Plano Desenvolvimento Institucional (PDI)

Certificado de Apresentação de Apreciação tica (CAAE)

Comitê de tica em Pesquisa (CEP-HUUFMA)

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - IDADE .....	41
GRÁFICO 2 - INSTITUIÇÃO ONDE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO .....	43
GRÁFICO 3 - ANO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO .....	44
GRÁFICO 4 - EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR .....	45
TABELA 1 - NATURALIDADE (CIDADE/ESTADO) .....	42
TABELA 2 - RENDA FAMILIAR MENSAL E QUANTIDADE DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA .....	43
TABELA 3 - CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO .....	44
TABELA 4 - RELAÇÃO ENTRE CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO E GRADUAÇÃO EM CURSO .....	46
TABELA 5 - RELAÇÃO ENTRE CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO E GRADUAÇÃO QUE PRETENDE CURSAR .....	47
TABELA 6 - VOCÊ PERCEBE SE HOVE INFLUÊNCIA(S) NA SUA ESCOLHA .....	49
QUADRO 1 - PROCESSO DE ESCOLHA E SUAS REPERCUSSÕES .....	52
QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS GRADUAÇÕES E OS CURSOS TÉCNICOS CONCLUÍDOS .....	69

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
<b>2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL</b>	<b>19</b>
<b>3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A DUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>24</b>
<b>4 O NOVO ENSINO MÉDIO</b>	<b>28</b>
<b>5 A CONTRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>33</b>
<b>6 METODOLOGIA</b>	<b>37</b>
6.1 CENÁRIO DA PESQUISA	37
6.2 AMOSTRA	39
6.3 INSTRUMENTOS	39
6.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	40
6.5 PROCEDIMENTOS	40
6.5.1 Coleta de Dados	40
6.5.2 Análise de Dados	41
<b>7 RESULTADOS</b>	<b>43</b>
7.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PARTICIPANTES	43
7.2 PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA	50
7.2.1 Elucidações sobre Escolha Profissional e suas Repercussões	51
<b>8 DISCUSSÃO</b>	<b>60</b>
8.1 PROCESSOS DE ESCOLHA	60
8.2 FATORES DE INFLUÊNCIA	63
8.3 MATURIDADE PARA A ESCOLHA	67
8.4 REPERCUSSÃO NA VIDA PROFISSIONAL	69
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>78</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>86</b>
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	87
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO	90

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional que atravessa os diferentes níveis de desenvolvimento da formação profissional e integra as demais modalidades da educação, em consonância com as dimensões e a estrutura sócio-ocupacional do trabalho. A EPT pode ser desenvolvida por meio de cursos e programas de Qualificação Profissional, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação Profissional Tecnológica de graduação e de pós-graduação. A EPT pode se articular com a Educação Básica, bem como a Educação Superior ou por diferentes estratégias de formação continuada (BRASIL, 2021).

Na Educação Básica, por meio da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), os cursos técnicos possuem a missão de desenvolver competências profissionais nos alunos. No contexto de desemprego e emprego precário (flexibilização das relações trabalhistas), a busca pela Educação Profissional pelos adolescentes revela uma face do capitalismo, que promete uma “rápida” inclusão no mercado de trabalho, expondo-os a um momento de decisão precoce e despreparada, embora a Educação Profissional não assegure a inclusão rápida e fácil ao mercado de trabalho (BERNARDIM; SILVA, 2016; GEREMIA; LUNA; BIANCHETTI, 2018).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996, define a educação como um conjunto de processos que se desenvolvem durante a vida. Segundo esta Lei, a educação escolar deve estar vinculada ao “mundo do trabalho e à prática social”, tendo como finalidade desenvolver o aluno para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996). A Lei nº 13.415/2017 realizou algumas mudanças na LDBEN/96, reforçando o compromisso dos currículos do Ensino Médio considerarem a formação integral do aluno, adotando uma metodologia voltada para a construção do projeto de vida e na formação voltada para os aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais (BRASIL, 2017). Entretanto, não há nenhuma diretriz ou documentos oficiais para a implantação de serviços de Orientação Profissional, habilitados para oferecer apoio aos alunos com questões relacionadas a decisões de carreira (MELO-SILVA; MUNHOZ; LEAL, 2019).

Verifica-se que, nesta fase da vida dos adolescentes, onde eles terão que fazer uma escolha profissional, não há preparação sobre as relações sociais e de trabalho. Para que haja

uma escolha profissional madura, é necessário que estes adolescentes adquiram conhecimentos, desenvolvam habilidades e atitudes que os permitam aprender a decidir. Além disso, é fundamental que o adolescente conheça os diferentes níveis de formação existentes, a realidade sócio-profissional brasileira, as possibilidades de atuação e o mercado de trabalho (GEREMIA; NAZARIO, 2018).

O processo de escolha de adolescentes, seja de um curso técnico ou itinerário formativo, é um tema relevante no cenário nacional de implementação das alterações realizadas pela Lei 13.415/2017, já que o parágrafo 12 do artigo 36 da Lei exige que as escolas orientem os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional (BRASIL, 2017).

Estudos afirmam que a inexistência da preparação para a escolha pode ser um dos fatores de evasão, tanto no Ensino Técnico como no Ensino Superior (DORE; LÜCHER, 2011; TONN; GEREMIA; SCHWEITZER, 2015; FIGUEIREDO; SALLES, 2017). Comumente, estudantes que ingressaram no Ensino Médio Técnico, se defrontam no final do 9º ano com o momento de fazer uma escolha profissional prematuramente, sem passarem por uma preparação. O ingresso no Ensino Médio Regular já exige do adolescente uma adaptação; e na modalidade de Ensino Técnico, essas adaptações tendem a ficarem mais complexas e exigirem demasiadamente do aluno, principalmente se não houver uma maturidade para a escolha do curso (ZAPELINI; REMOR; FARIAS, 2018).

Presume-se que os indivíduos constroem suas identidades de trabalho em um processo que se inicia na infância e permanece de modo contínuo. Assim, a Orientação Profissional, como intervenção, deve ser realizada ao longo da vida, possuindo diversas finalidades durante esse curso, como trabalhar a primeira escolha, a inserção profissional, o desenvolvimento de um projeto de carreira ou preparação para a aposentadoria, com o intuito de desenvolver o sujeito, pessoal e socialmente (MELO-SILVA; MUNHOZ; LEAL, 2019).

Entretanto, estudos científicos sobre o processo de escolha de adolescentes no contexto do Ensino Médio Técnico são escassos. O presente trabalho visa proporcionar conhecimento acerca do processo de escolha nesta modalidade de ensino. Além de contribuir academicamente para a área da Psicologia Escolar e Educacional (PEE) e da Orientação Profissional e de Carreira (OPC), esta pesquisa se propõe a fornecer auxílio para a atuação dos profissionais dessas áreas.

A OPC tem como objetivo facilitar o processo de escolha do indivíduo que está com dúvidas no que se refere à carreira profissional. Durante esse processo, será avaliado, dentre outros aspectos, as suas características pessoais que auxiliarão a realizar as suas escolhas profissionais. O processo de OPC ajudará os indivíduos a conhecerem suas preferências, atuando no seu autoconhecimento, obtendo informações sobre o mercado de trabalho e as diversas áreas ocupacionais, e explorando suas escolhas (SOUZA et al, 2019).

Sobretudo, a OPC pode facilitar a transição do indivíduo do mundo infantil para o mundo adulto, possibilitando que estes se conheçam melhor como seres inseridos em um contexto social, econômico e cultural. Nesse momento de transição, a adolescência pode trazer ansiedade e dificuldades, que são próprias dessa fase do desenvolvimento, marcada por mudanças físicas e emocionais, que acontecem em um curto período de forma rápida e intensa (COUTO; VICENTE, 2018).

Compreende-se a Orientação Profissional como um processo que ocorre ao longo da vida do indivíduo, estando a tomada de decisão presente na infância até a aposentadoria. Assim, Melo-Silva, Munhoz e Leal (2019) argumentam que as intervenções da OPC podem ser realizadas ao longo da vida, podendo trabalhar questões relacionadas à primeira escolha, à inserção profissional, ao desenvolvimento de um projeto de carreira ou ao processo de aposentadoria.

A escolha profissional não se resumirá, apenas, a uma tomada de decisão voltada para uma profissão. Ela proporciona, essencialmente, a reflexão sobre o indivíduo, sobre suas crenças e sobre o mundo do trabalho, com a finalidade de oportunizar uma decisão autônoma, consciente e madura. Essa escolha demanda adquirir conhecimentos, desenvolver atitudes e habilidades que permitam ao indivíduo aprender a decidir (GEREMIA; NAZARIO, 2018; ZAPELINI; REMOR; FARIAS, 2018).

Contudo, quando um processo de escolha não reflete e não desenvolve o indivíduo para o momento da tomada de decisão, seja pela falta de autoconhecimento ou de informações acerca do mundo do trabalho, por consequência, podem ocorrer evasões, mudanças de carreira ou sujeitos insatisfeitos com suas profissões (ZAPELINI; REMOR; FARIAS, 2018; SOUZA et al., 2019).

A Educação Profissional e Tecnológica é uma das alternativas que os adolescentes e suas famílias escolhem pela expectativa associada a rápida inserção no mercado de trabalho após a conclusão do Ensino Médio e do curso técnico. Esta modalidade de ensino desenvolve

conhecimentos técnicos específicos de uma área específica. Estreitamente ligada às funções requisitadas pelo mercado de trabalho, a Educação Profissional tem como objetivo preparar o estudante a permanecer no mercado e se desenvolver nele (GEREMIA; LUNA; BIANCHETTI, 2018).

A educação é compreendida na EPT como uma prática social que proporciona um ambiente para a formação integral, formando indivíduos conscientes e com visão crítica. Entretanto, o que se vê nas Instituições de Ensino Médio Integrado é a falta de disciplinas nos currículos escolares que trabalham com a Orientação Profissional ou Educação para a Carreira (ZAPELINI; REMOR; FARIAS, 2018). Tonn, Geremia e Schweitzer (2015) verificaram em suas pesquisas que há uma relação entre os altos índices de evasão relacionados à menor maturidade para a escolha profissional, o que justifica ações de Orientação Profissional nessas instituições.

A partir do compromisso exposto pela Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), voltado para a construção do projeto de vida do aluno, um dos princípios apontado também na Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, que atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), o Projeto de Vida é considerado como uma estratégia educacional de reflexão sobre a trajetória escolar do aluno, na construção das dimensões da sua identidade (BRASIL, 2018).

O Projeto de Vida, na atual concepção do Novo Ensino Médio, tem como objetivo promover o autoconhecimento do estudante, orientando-o a um planejamento de carreira, a partir de suas preferências, talentos e potencialidades. Seja pelo termo Projeto de Vida, Orientação Profissional ou Educação para a Carreira, apesar de não serem sinônimos, possuem o mesmo propósito, que é contribuir para que o adolescente atribua sentidos aos estudos e ao trabalho (SILVA; DE CARVALHO, 2020).

A Abordagem Sócio-histórica, no que diz respeito à OPC, traz uma perspectiva de superação da dicotomia entre indivíduo e sociedade. O objetivo da abordagem na OPC é entender o indivíduo em sua relação com a sociedade, não considerando-o como reflexo da sociedade ou autônomo em relação a ela, mas construindo uma relação dinâmica e dialética entre indivíduo e sociedade. Para essa teoria, é necessário avanços na discussão dessa relação (indivíduo-sociedade), de forma dialética, caminhando para a compreensão do indivíduo como “ator e autor” de sua individualidade – não confundindo-a com individualismo (BOCK, 2002).



Para esta abordagem, as profissões não são eternas e imutáveis. Ou seja, não se espera que a escolha profissional do indivíduo não sofra alterações ao longo da vida. A identidade é uma metamorfose, se modifica constantemente, por isso, a escolha profissional nunca estará finalizada. Trabalha-se com a ideia de multideterminação, na qual a individualidade (e a sua escolha) é determinada por diversos fatores. Com isso, questiona-se a liberdade de escolha, pois a individualidade do ser é multideterminada, os fatores influenciam em suas escolhas, sendo a classe socioeconômica um dos fatores que influencia na liberdade para decidir, porém não a determina absolutamente (BOCK, 2002). Como constatado, diversos fatores podem afetar as escolhas em diferentes momentos da vida, sendo os mais comuns: a condição socioeconômica e a influência da família e dos pares (DE MENDONÇA; DOS SANTOS, 2019).

Com a abertura para a profissionalização durante o Ensino Médio, causada pela Lei 13.415/2017 (BRASIL, 2017) e pelo período de crise econômica, política e humanitária que se encontra o país, estudos que contribuam para a discussão de Políticas Públicas relacionadas à educação e à empregabilidade tornam-se relevantes para o debate na academia e na sociedade. A preparação para a escolha profissional, apesar de ainda não ser o foco na educação, pode diminuir os índices de evasão escolar, em todas as modalidades de ensino, inclusive no Ensino Técnico e, futuramente, no Ensino Superior (ZAPELINI; REMOR; FARIAS, 2018).

Ressalta-se também a relação da pesquisadora com o tema. Durante a minha adolescência, a pretensão de cursar o Ensino Médio, integrado ou concomitante a um curso técnico, esteve sempre presente. Depois de várias tentativas, em todas as modalidades possíveis, no fim do Ensino Médio, consegui cursar na modalidade subsequente um curso técnico. Entretanto, não possuía informações suficientes sobre o curso escolhido, sobre o mercado de trabalho e não tinha relação com os meus objetivos de carreira. Com isso, fui mais uma dos inúmeros jovens que se evadiu do curso técnico diante da realidade brasileira. A partir dessa vivência e da afeição com a OPC e a PEE, fundamento esta pesquisa.

Desse modo, este trabalho pretende analisar a percepção que egressos do Ensino Médio Técnico (EMT) possuem sobre o processo de escolha de um curso técnico durante a adolescência. Como objetivos específicos, pretende-se identificar os fatores que influenciaram na escolha pelo Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio e discutir a relação da maturidade para a escolha profissional, assim como as causas de evasão no Ensino Médio Técnico Integrado.

Esta monografia é desenvolvida em nove capítulos, nomeados da seguinte forma:

O Capítulo 1 é a Introdução, que mostra um panorama geral do estudo, atentando para uma contextualização da Educação Profissional e o trabalho da Orientação Profissional, a partir da abordagem Sócio-Histórica. O Capítulo 2, intitulado de “Breve Histórico da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil”, apresenta o contexto histórico em que se inseriu a Educação Profissional na Educação brasileira. O Capítulo 3 “O Trabalho como Princípio Educativo e a Dualidade da Educação Profissional” discute os princípios essenciais para uma formação integral do indivíduo. O Capítulo 4 sobre “O Novo Ensino Médio” aborda as mudanças que a Lei nº 13.415/2017 trouxe para a Educação Básica brasileira e profissionalizante. O Capítulo 5 dispõe sobre “A Contribuição da Orientação Profissional”, como compreender o fenômeno da escolha profissional a partir do aporte teórico da abordagem Sócio-Histórica.

No Capítulo 6 apresenta-se a “Metodologia” do trabalho, onde expomos a trajetória que percorremos para realizar a pesquisa, apontando o método utilizado para a coleta e análise dos dados, assim como as considerações éticas. No Capítulo 7 exibiremos os “Resultados”, a partir de gráficos e tabelas e suas descrições, além da análise de conteúdo dos discursos dos participantes. O Capítulo 8 abordaremos a “Discussão” de toda a nossa pesquisa, analisando os processos de escolha dos participantes, os fatores que influenciaram esta escolha, a percepção que possuíam sobre a maturidade para desenvolvê-la e a repercussão em suas vidas profissionais futuras. Por fim, no Capítulo 9 abordaremos as “Considerações Finais” do nosso trabalho.

## 2 BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL

No início do século XX, o Brasil possuía uma economia de produção agrícola, com domínio da monocultura de café. Naquele período, o comércio era voltado para a exportação. Com o objetivo de ampliar a produção interna, houve o crescimento de estabelecimentos fabris. Com a falta de mão de obra qualificada para atuar nas novas fábricas e com o propósito de atender os diversos setores de produção (agrícola, indústria, estradas de ferro, etc.), foi criada em 1909 a Escola de Aprendizizes Artífices, em 19 Estados brasileiros. Além disso, a Educação Profissional neste período tinha como alvo os indivíduos marginalizados, que o governo considerava propensos à criminalidade e vícios, como também a classe trabalhadora desfavorecida de bens materiais e financeiros (PADOIN; AMORIM, 2016).

Em 1942, durante o Estado Novo (1937-1945), o ministro Gustavo Capanema implementou uma série de reformas denominadas “Leis Orgânicas do Ensino”, entre essas reformas, consta:

- a) a mudança das Escolas de Aprendizizes Artífices que passam a ser chamadas de Escolas Industriais Técnicas, com a proposta de ofertar ensino profissional gratuito e separado do ensino regular, a partir do Decreto nº 4.127/1942;
- b) a instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Decreto nº 4.048/1942);
- c) e a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto nº 4.244/1942);

Desde então, a Educação Profissional apresenta esta dualidade: a separação do ensino regular ou propedêutico para as elites e o profissional para a classe trabalhadora. Tais reformas acentuaram ainda mais a velha tradição de um ensino secundário propedêutico e elitista (FRIGOTTO; RAMOS; CIAVATTA, 2005; PADOIN; AMORIM, 2016).

Observou-se, a partir do Decreto nº 4.073/1942, a preocupação com a orientação profissional dos alunos:

Art. 33 Nos estabelecimentos de ensino, em que funcionem vários cursos industriais, far-se-á, no começo da vida escolar, observação psicológica de cada aluno, para apreciação de sua inteligência e aptidões, e para o fim de se lhe dar conveniente orientação, de modo que o curso, que venha a escolher, seja o mais adequado à sua vocação e capacidade.

Art. 57 (...) § 7º Em cada escola industrial ou escola técnica, deverá funcionar um serviço de orientação profissional (BRASIL, 1942d).

No período de 1950 a 1980, a Educação Profissional sofreu mudanças e retrocessos. Em 1950, alunos de cursos profissionais poderiam transferir-se para o ensino secundário e se candidatar ao Ensino Superior. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 1961, os cursos profissionais (técnicos) se tornam equivalentes ao ensino secundário, e sem necessidade de transferência, permite-se que alunos destes cursos se inscrevam no Ensino Superior (PADOIN; AMORIM, 2016).

Com a Lei nº 5.692/71, tornou-se obrigatório para todos os estabelecimentos de ensino a oferta de ensino profissionalizante. Entretanto, como muitas escolas não possuíam condições de infraestrutura e financeira de ofertar esta modalidade de ensino, em 1982, a Lei nº 7.044/82 extinguiu a profissionalização compulsória. O efeito disso foi o aprofundamento na dualidade profissional vs. propedêutico. Eximindo as instituições escolares da obrigatoriedade do ensino profissionalizante, os alunos que cursavam o ensino técnico ficavam deficientes de uma formação básica integral (PADOIN; AMORIM, 2016).

Nos anos 1990, precisamente durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), as Escolas Industriais Técnicas Federais se transformaram em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), incluindo também as Escolas Agrotécnicas Federais, organizadas como autarquias, com autonomia administrativa. O avanço do Neoliberalismo e a privatização de instituições estatais, viabilizou a deliberação do Decreto nº 2.208/1997, que determinou a estruturação da Educação Profissional em uma organização curricular própria e independente do Ensino Médio, sendo ofertada nas modalidades concomitante e sequencial (subsequente ao Ensino Médio). Tal reforma rompeu com a construção histórica da Rede Federal de Educação Profissional, que oferecia a formação pautada em um currículo que unia o ensino propedêutico e profissional (IFMA, 2021; PADOIN; AMORIM, 2016).

Além disso, a política de educação profissional do governo de FHC foi marcada por ações voltadas para a qualificação e a requalificação profissional, diante da alta taxa de desemprego nacional durante os quatro anos do primeiro mandato de FHC — com crescimento de 38%, correspondendo a 6,6 milhões em 1998, segundo reportagem da Folha de São Paulo de janeiro de 1999 (TOLEDO, 1999). Tais ações foram responsáveis por desviar as razões reais do desemprego, jogando a “culpa” para os trabalhadores, promovendo projetos educacionais fragmentados e reduzidos, defendendo os sentidos de flexibilização e empregabilidade (FRIGOTTO; RAMOS; CIAVATTA, 2005).

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), com o compromisso de desenvolver a Educação Profissional como política pública, foi implantado pelo Decreto nº 5.154/04 a possibilidade da educação integrada, um ensino unitário entre o Ensino Médio (propedêutico) e o Técnico (profissional). O referido decreto revogou o Decreto nº 2.208/97 e impulsionou o processo de mudança da dualidade exposta, restabelecendo a perspectiva de integração entre a Educação Profissional e o Ensino Médio, de acordo com o que dispõe a LDBEN (RAMOS, 2014a; PADOIN; AMORIM, 2016).

Segundo Ramos (2014a), a perspectiva da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio é conexa com a “construção teórico-prática de uma educação tecnológica que corresponda à preparação das pessoas para a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna” (p. 67). Ao mesmo tempo em que o Decreto nº 5.154/2004 retoma a possibilidade de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional Tecnológica, mantém também as outras duas possibilidades de ensino previstas no Decreto nº 2.208/1997, funcionamento este que permanece mesmo com a instauração do Novo Ensino Médio, pela Lei nº 13.415/2017 (IFMA, 2021).

O Ensino Médio Integrado, no formato exposto aqui, começou a ser implantado a partir de 2005 na Rede Federal e em algumas redes estaduais de ensino. Em 2008, promovendo uma expansão na Rede e propondo uma nova institucionalização, são criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), pela Lei nº 11.892/2008. Os IF's reúnem os antigos CEFETs, as escolas agrotécnicas e as escolas técnicas ligadas às universidades federais, além de novas unidades que foram inauguradas e ampliaram a oferta do Ensino Médio Integrado. Essas instituições passaram a constituir a Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia (RFEPCT) com o objetivo de descentralizar e regionalizar a Educação Profissional, passando a ter campi de IF's espalhados por todo o Brasil, em todas as regiões e Estados (IFMA, 2021; PADOIN; AMORIM, 2016; PREDIGER; SILVA, 2014).

Os Institutos Federais são criados com a finalidade de promover uma transformação social, intervindo na realidade com ações voltadas ao desenvolvimento local e regional e de setores sociais que, historicamente, foram desprezados durante o período de desenvolvimento e modernização brasileira. Com isso, a Educação Profissional e Tecnológica firma-se como ferramenta de transformação social e resgate da cidadania, também surge com uma proposta de transformação social (PREDIGER; SILVA, 2014).

Como o processo de implantação do Ensino Médio Integrado na Rede Federal foi elaborado conjuntamente entre setores progressistas e conservadores da sociedade, há diversas contradições que permeiam esse processo. Com o desafio de integrar a educação geral com a profissionalizante, os Institutos Federais contam, não somente, com uma demanda metodológica, mas política e crítica sobre a sua concepção (PADOIN; AMORIM, 2016).

Durante o governo de Dilma Rousseff (2011-2016) ocorreu a 3ª fase de expansão da Educação Profissional, sendo a fase que apresentou maior crescimento de Institutos Federais, com 208 unidades inauguradas (PADOIN; AMORIM, 2016). Em 2011, a RFEPCT contava com 602.673 estudantes matriculados. Em 2016, esse número chega a 874.171 matrículas, alcançando em 2017, segundo a Plataforma Nilo Peçanha, com 1.031.798 matrículas, 11.259 cursos e 703 unidades (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2013, 2017, 2018).

O governo de Dilma Rousseff é marcado por duas importantes medidas: a instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e do Plano Nacional de Educação (PNE). O Pronatec foi criado a partir da Lei nº 12.513/2011, com o objetivo de ampliar a oferta de Educação Profissional e Tecnológica, por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira para: estudantes do Ensino Médio da Rede Pública, inclusive da Educação de Jovens e Adultos (EJA); trabalhadores; beneficiários dos programas federais de transferência de renda; e estudante concluintes do Ensino Médio em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral (BRASIL, 2011).

O PNE (2014-2024) foi aprovado pela Lei nº 13.005/2014. Referente à Educação Profissional, o Plano possui como metas: fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (Meta 3, estratégia 3.7) e triplicar as matrículas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público (Meta 11) (BRASIL, 2014). Com isso, salienta-se a grande abertura do Governo com projetos articulados com a iniciativa privada, relacionado à Educação Profissional.

Em 2017, com Michel Temer ocupando a presidência da República após o impedimento de Dilma Rousseff, efetivou-se uma proposta neoliberal de governo, com a aprovação de um conjunto de contra reformas, como as reformas trabalhista, previdenciária e do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017). Estas reformas dispensaram a opinião popular, sendo executadas sem a participação da população no pleito. Em relação aos Institutos Federais, o Governo de Michel Temer destinou apenas R\$ 2,1 bilhões de recursos para o financiamento

do custeio, sendo necessário na realidade R\$ 3,7 bilhões para a garantia das atividades das instituições (ALENCAR, 2020).

Além disso, questiona-se a falta de sentido do Ensino Médio que é oferecido para a maioria da população. Tal falta encontra-se tanto na concepção, como no déficit de financiamento público à educação. A falta de financiamento interfere na qualidade desse ensino, que somado a outros fatores intensifica o número de adolescentes que ficam fora do Ensino Médio na faixa etária regular (PADOIN; AMORIM, 2016).

Observa-se que, durante a história da Educação Profissional no Brasil, conforme a educação passou a ser democratizada e universalizada para toda a população, surgiram-se dois sentidos diferentes que se constituíram em uma dualidade. Analisando estes aspectos, a organização do Ensino Médio Integrado reivindica uma formação voltada para a superação dessa dualidade entre educação geral (ou formação acadêmica) e educação técnica (formação instrumental), uma voltada para os filhos da classe média-alta e outra voltada para os filhos da classe operária, respectivamente (MEC, 2007; RAMOS, 2014b).

A relevância em conhecer o percurso da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil encontra-se na análise dos desafios que já foram enfrentados e nas possibilidades, para que, a partir disso, o Governo possa desenvolver políticas que promovam avanços, principalmente em relação à superação da dualidade estrutural da educação brasileira. Isto só será possível com a criação de princípios fundamentados em uma concepção de educação baseada na politecnia (RAMOS, 2005).

Sendo a formação profissional o foco do nosso estudo, abordaremos no capítulo a seguir, os princípios que fundamentam a educação baseada na politecnia, que forme futuros trabalhadores capazes de apreender e gerir o processo teórico-prático do seu trabalho e do mercado de trabalho, proporcionando uma educação emancipadora e crítica da sociedade em que estão inseridos.

### **3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A DUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

No início da Revolução Industrial, se configura uma nova ordem social que compreende uma configuração de trabalho com um novo tipo de trabalhador nas linhas de produção. Nessa configuração, a educação desempenha um papel de mediação, que elucidamos neste capítulo.

O modo de produção capitalista possui como característica a divisão social do trabalho e a divisão da sociedade em duas classes — burguesia e proletariado. O proletariado vende a sua força de trabalho para a burguesia, que detém os meios de produção. Com a transformação do trabalho em mercadoria, a atividade e o produto do trabalho tornam-se estranhos, desconhecidos, ao trabalhador, configurando-se assim a forma alienada do trabalho. O indivíduo, então, desconhece o sentido da sua própria atividade, do processo geral da sua produção, transformando-se somente em um aparelho do Capitalismo (PADOIN; AMORIM, 2016; MELLO, 2019).

Como a divisão social do trabalho separou historicamente os indivíduos em seres executores e seres pensantes, demanda-se uma formação integral, compreendendo o indivíduo como ser histórico e social, vivendo em uma totalidade de múltiplas relações. Dessa forma, a formação é compreendida a partir das mediações dessas múltiplas relações e a integração de todas as dimensões da vida, visando à formação omnilateral (RAMOS, 2014a).

O objetivo da formação omnilateral é proporcionar ao indivíduo uma formação pautada em suas experiências, que contribuem para a descoberta e desenvolvimento de suas potencialidades. Partindo desse pressuposto, a formação omnilateral contribuiria na Educação Básica: com o desenvolvimento dessas potencialidades, o indivíduo estruturaria durante o processo as suas escolhas (RAMOS, 2014b).

Outra característica da divisão social do trabalho é a criação de novas necessidades sociais e áreas de produção, que exigem um trabalho mais lucrativo. Estas características agregam a dimensão da educação no modo de produção capitalista. Quando a formação dos trabalhadores é levada à lógica bancária da educação, atendendo às demandas colocadas pelo mercado e deixando de lado a formação integral do homem, a educação atende ao fundamento da alienação do trabalhador, enfatizando a divisão do trabalho (PADOIN; AMORIM, 2016; MELLO, 2019).



Em outras palavras, é ofertado para a classe trabalhadora apenas o mínimo de conhecimento possível para a sua produtividade, para a sua força de trabalho, formando-se trabalhadores fragmentados em especialidades, que executam apenas determinadas tarefas exigidas pelo mercado. A partir dessa concepção, surge a noção de profissionalização e a proposta de um ensino profissionalizante, em que há a divisão entre o ensino que é destinado para aqueles que devem executar e o que é destinado para os que devem controlar o processo (ensino profissionalizante x ensino científico-intelectual) (SAVIANI, 2003).

Entretanto, Marx e Engels trazem a possibilidade da educação também como remédio para os efeitos provocados pela divisão do trabalho na sociedade. Para Marx, o trabalho é a atividade que produz o homem, de forma coletiva, pois o homem faz parte de uma sociedade que possui diversas formas sociais e históricas de interação e transformação. Ou seja, o trabalho forma a sociabilidade do homem. Com isso, estabelece a relação entre trabalho e educação na teoria marxista. A partir disso, o trabalho começa a ser concebido como um princípio educativo (PADOIN; AMORIM, 2016; MELLO, 2019).

O trabalho como princípio educativo na Educação Profissional, integrada ao Ensino Médio, busca superar a dicotomia entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, incorporando-os e formando futuros trabalhadores capazes de atuar de forma reflexiva e crítica, exercendo a cidadania plena. Além disso, o objetivo é fazer com que os indivíduos sejam produtores de sua realidade, desalienando-os, permitindo que estes possam se apropriar e transformar a sociedade. Portanto, a Educação Profissional não é somente para o exercício de um trabalho ou para os benefícios do mercado, mas é proporcionar uma formação que compreenda as dinâmicas de uma sociedade moderna, educando pessoas para o exercício crítico e emancipatório de suas profissões, sem esgotar as suas possibilidades (MEC, 2007).

Na medida em que o saber se generaliza e é apropriado por todos, então os trabalhadores passam a ser proprietários de meios de produção. Mas é da essência da sociedade capitalista que o trabalhador só detenha a força de trabalho. Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas "em doses homeopáticas", apenas aquele mínimo para poder operar a produção (SAVIANI, 1994, p.10).

Contrapondo-se a essa ideia, a politecnicidade compreende que o processo do trabalho seja desenvolvido de forma articulada entre os aspectos manuais e intelectuais, proporcionando para o trabalhador as condições necessárias para desenvolver as diversas modalidades possíveis deste trabalho, compreendendo as bases da sua organização, assim como seu funcionamento (SAVIANI, 2003).

Propõe-se, então, uma educação politécnica, contrapondo à divisão social do trabalho e possibilitando a integração nas práticas pedagógicas, expressa na interdisciplinaridade curricular. Em outras palavras, a proposta de uma educação politécnica para todos, que contraponha a divisão social do trabalho e possibilite uma reintegração do domínio dos trabalhadores e dos seus saberes técnicos e tecnológicos. Ou seja, integrar a educação geral, unindo o saber (ciência), e a educação profissional, com o fazer (técnica) (PADOIN; AMORIM, 2016).

Dessa forma, entende-se a educação politécnica como uma educação universal voltada para a superação da dualidade entre a educação geral e a educação técnica, possuindo como propósito a formação de indivíduos que dominem conhecimentos científicos de diferentes habilidades, para que estes possam desenvolver um processo de trabalho que não focalizem em somente uma competência específica para se encaixar no mercado de trabalho, mas em um desenvolvimento multilateral e plural (FRIGOTTO; RAMOS; CIAVATTA, 2005).

A concepção de uma educação politécnica busca superar a proposta de educação mercadológica, potencializando a transformação social e crítica da realidade. Com o objetivo de romper com essa dualidade, a educação politécnica resgata o princípio da formação humana integral, defendendo um ensino que integre a ciência, a cultura e a tecnologia, desenvolvendo todas as potencialidades do indivíduo. Dessa maneira, a Educação Profissional não se ajustaria aos interesses do mercado, mas proporcionaria uma educação ampla e integral (FRIGOTTO; RAMOS; CIAVATTA, 2005; MEC, 2007; RAMOS, 2014a).

Outra concepção filosófica é a “escola unitária”. Com o mesmo objetivo de superar esse dualismo, a escola unitária não se divide em segmentos sociais e também defende a formação do indivíduo em suas múltiplas dimensões. Devido a divisão social do trabalho, a educação da classe trabalhadora marcou-se pela dimensão do fazer, enquanto a educação das elites desenvolveu as capacidades científicas, tecnológicas e culturais (RAMOS, 2014a).

O Ensino Médio, independente de sua configuração, deve proporcionar a formação de cidadãos que compreendam a realidade social, para que possam se inserir no mundo do trabalho com uma atuação ética e crítica, contribuindo para a transformação da sociedade. Entretanto, verifica-se que o Ensino Médio é ofertado de modo desigual, para diferentes classes sociais. O Ensino Médio Integrado, por exemplo, caracteriza-se pela possibilidade de proporcionar aos filhos da classe trabalhadora a obtenção de uma profissão, sem precisar de uma formação de nível superior (MEC, 2007).

Observa-se, antes da implantação do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), que grande parte das escolas privadas focavam o planejamento do currículo na aprovação dos estudantes para o ingresso em universidades públicas, substituindo a formação integral pela parte, que seria a aprovação nas referidas instituições, que caracteriza-se somente como consequência e que nem sempre é a escolha do aluno. Já as escolas públicas, buscando reproduzir a organização curricular das escolas privadas, não conseguem proporcionar a mesma formação para seus alunos, seja pelo desafio de escassez de condições financeiras e materiais, seja pela realidade social dos alunos, que em sua maioria não ingressam em universidades públicas, precisando adentrar no mercado de trabalho imediatamente após o fim do Ensino Médio — ou até mesmo antes (MEC, 2007). Desse modo, torna-se relevante acompanhar as pesquisas que surgirão sobre os impactos dessa reforma no âmbito público e privado, visto a dicotomia histórica observada durante os anos.

Em vista disso, as formações mencionadas não preparam os indivíduos para o ingresso adequado ao mundo do trabalho ou a um prosseguimento no ensino de nível superior. Em uma sociedade marcada pela desigualdade, o Ensino Médio Integrado representa uma alternativa que proporciona mudanças nessa conjuntura, contribuindo para uma educação com elementos adequados para uma formação humana omnilateral (FRIGOTTO, RAMOS E CIAVATTA, 2005).

O Ensino Médio Integrado, atribuindo sentido filosófico, expressa a integração de todas as dimensões no processo educativo, como o trabalho, a ciência e a cultura, denotando uma concepção de formação humana omnilateral. Ou seja, o currículo integrado implica em uma integração intrínseca entre formação geral e a formação técnica, numa perspectiva politécnica. Dessa forma, os componentes e os conteúdos curriculares do Ensino Médio Integrado, respeitando estas dimensões, devem ser planejados de modo que não foque em disciplinas fragmentadas e sem conexão com a concepção de formação humana integral (MEC, 2007; IFMA, 2021).

Quando o Ensino Médio Integrado é idealizado como política pública educacional, como foi exposto pelo Decreto nº 5.154/2004 e pela Lei nº 11.892/2008, é fundamental questionar qual o papel estratégico da Educação Profissional e Tecnológica no projeto de desenvolvimento socioeconômico do Brasil. Questiona-se, durante o debate do Novo Ensino Médio, se a proposta da formação integral do aluno, voltado para a construção de seu projeto de vida, encaminha-se na mesma perspectiva da Educação Profissional?

#### 4 O NOVO ENSINO MÉDIO

Rompendo com as ações desenvolvidas durante os governos dos seus antecessores, o governo de Michel Temer retomou a discussão da Reforma do Ensino Médio, proposta em 2013 pelo Projeto de Lei (PL) nº 6.840. Durante o seu governo, a Reforma do Ensino Médio movimentou-se como Medida Provisória (MP) nº 476/2016 e, posteriormente, a Lei nº 13.415/2017.

A Reforma do Ensino Médio é discutida desde o ano de 2013, na Câmara dos Deputados pelo Projeto de Lei nº 6.840. O PL aborda a possibilidade do aluno, na última série do Ensino Médio, escolher entre as seguintes opções formativas com ênfase nas seguintes áreas do conhecimento: linguagens; matemática; ciências da natureza; ciências humanas; e formação profissional. Além disso, sugeria que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como instrumento de avaliação e processo seletivo para ingresso ao Ensino Superior, utilizasse como base a opção formativa do aluno concluinte (BRASIL, 2013).

Em relação a Educação Profissional, a PL nº 6.840/2013 também propunha que a opção formativa do aluno do Ensino Médio matriculado na EPTNM, nas formas concomitante ou subsequente, deveria estar em consonância com a habilitação profissional escolhida (BRASIL, 2013).

Passando pela edição e tramitação da Medida Provisória nº 746/2016, imposta pela Presidência da República, durante o Governo de Michel Temer, defendeu a MP como diligência necessária para dar celeridade à reforma do Ensino Médio. A MP estabelece que os currículos deverão considerar uma formação integral do aluno, adotando um trabalho voltado para a construção do projeto de vida e o desenvolvimento de aspectos cognitivos e socioemocionais, contradizendo em suas modificações aos pressupostos de uma formação integral do indivíduo (BRASIL, 2016).

Um dos pontos impostos pela MP, consoante ao que havia sido proposto pela PL nº 6.840/2013, é a composição no currículo de itinerários formativos. Entretanto, tais itinerários seriam definidos pelos sistemas de ensino, não possibilitando aos estudantes a decisão de escolha (BRASIL, 2016). O currículo obrigatório do Ensino Médio passaria a ser composto por uma parte comum, prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a outra parte seria flexível, expressa pelos itinerários formativos (ALENCAR, 2020).

Segundo Alencar (2020), “os itinerários formativos fragmentam o processo de formação do jovem” (p. 85), em colisão ao objetivo de uma formação integral. Quando propõe-se um ensino fragmentado em itinerários, limita-se o acesso do estudante a todas as áreas de conhecimento. Corroborando com esta perspectiva, Costa e Coutinho (2018) interpretam essa formação fragmentada como um obstáculo para o ingresso dos alunos ao Ensino Superior, pois os conhecimentos seriam insuficientes para a aprovação em vestibulares, evidenciando a desigualdade presente na educação brasileira, tendo em vista que os filhos da classe trabalhadora não terão o direito de escolher, já que as escolas públicas não possuem as condições de ofertar todos os itinerários formativos.

Os profissionais da educação e estudantes defendiam que a proposta de reformulação do Ensino Médio fosse debatida como projeto de lei, como um prazo de tramitação maior, que permite-se um debate mais amplo entre as entidades educacionais. Em formato de MP, a reforma do Ensino Médio ganhou um caráter autoritário, impossibilitando um debate fundamentado e coerente entre os principais atores da educação. Retoma-se com uma proposta de formação voltada para a construção de competências, desvinculada de uma proposta de integração entre o Ensino Médio e a Educação Profissional (FERRETTI; SILVA, 2017; ALENCAR, 2020).

Quando a MP nº 746/2016 foi convertida na Lei nº 13.415/2017, não considerou-se em seu texto as propostas apresentadas pelas entidades educacionais, formadas por estudantes, educadores e entidades da sociedade civil. Outros pontos não considerados são questões referentes à infraestrutura precária da maioria das escolas públicas, as condições de trabalho dos professores e o insuficiente investimento público na educação (ALENCAR, 2020).

Um dos argumentos para a reforma era a flexibilização do currículo do Ensino Médio, representada pela publicação da BNCC do Ensino Médio (BNCC-EM). A BNCC-EM estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos do ensino médio e incluiu obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Estas disciplinas passam a ser organizadas por áreas do conhecimento, com o objetivo de relacioná-las entre elas e contextualizá-las com a realidade, propondo que os professores trabalhem conjuntamente no planejamento e na execução dos planos de ensino. A flexibilização curricular é demonstrada a partir da indicação pela BNCC de habilidades que são desenvolvidas sem indicação de série. As áreas do conhecimento são divididas da seguinte forma: Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia),

Matemática e suas Tecnologias (Matemática) e Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa) (BRASIL, 2018). Para Alencar (2020), o objetivo da política é melhorar somente os resultados da educação brasileira nas avaliações internacionais e capacitar mão de obra barata para o mercado de trabalho.

A Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) traz como possibilidade a escolha dos estudantes em itinerários formativos, compostos por áreas de conhecimento ou de atuação profissional, entretanto, como Costa e Coutinho (2018) consideram, esta possibilidade de escolha é uma falácia dos elaboradores da lei. Inicialmente, não foi concedido às escolas públicas o investimento para a oferta de todos os itinerários presentes na lei, limitando a escolha do aluno ao itinerário que é possível ser ofertado pela escola diante de suas condições. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), o gasto público com a educação tem apresentado uma queda nos últimos cinco anos (2018-2022), com a execução financeira do Ministério da Educação e Cultura (MEC) em declínio, não houve novos recursos, com algumas áreas da educação perdendo fundos sistematicamente, como as universidades, por exemplo. Para o Ensino Médio, as metas de investimento também não foram cumpridas, sendo as escolas obrigadas a implementar a reforma durante a pandemia de COVID-19, com defasagens ocasionadas pelo ensino remoto, demonstrando o descaso do governo de Jair Messias Bolsonaro com a educação pública (INESC, 2022).

Outro ponto relevante para a discussão é abordado no §12 do Art. 36, onde é mencionado que “as escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional” (BRASIL, 2017). Infelizmente, observa-se que não há efetivamente um processo de escolha, mas uma imposição. Como aludido anteriormente, a escolha do estudante estará restrita às opções formativas presentes no “cardápio” da escola, estando privados ao acesso de uma ampla gama de conhecimento, pois a reforma hierarquiza certas áreas e fragmenta a educação. Além disso, limita o estudante a escolhas profissionais futuras, pois a ênfase curricular em somente um itinerário formativo pode influenciar no acesso deste estudante a cursos de graduação ou profissionalizantes, impossibilitando que ele supere esses limites (COSTA; COUTINHO, 2018; ALENCAR, 2020).

Hierarquizando e separando a educação profissional das outras áreas formativas (linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e sociais aplicadas), a atual reforma do Ensino Médio ampliou a concepção dissidente entre teoria e prática, o que fortalece a dualidade existente na educação brasileira. Com o novo Ensino Médio, a responsabilidade na qualidade do ensino recai sobre os próprios alunos, professores e a escola,

os mesmos excluídos da sua elaboração. Percebeu-se que, em detrimento ao desempenho dos estudantes, o objetivo da reforma ficou restrito somente aos resultados que os alunos precisam alcançar em avaliações externas, sem responsabilizar-se em garantir as condições necessárias para esses feitos. Outro interesse expresso nessa reforma é atender a demanda do mercado de trabalho, a partir de orientações internacionais de preparação de mão de obra (ALENCAR, 2020).

A Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018, atualizou as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ela contém princípios e fundamentos para a orientação das políticas públicas educacionais. Uma das estratégias apontadas é o Projeto de Vida, considerada como uma ferramenta de reflexão sobre a trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante. O Projeto de Vida pode ser desempenhado de diversos modos no ambiente escolar, com as novas diretrizes do Ensino Médio e os itinerários formativos, as ações podem ser voltadas para a escolha dos diferentes itinerários, informações sobre cursos técnicos e superiores e sobre a construção da carreira. Com isso, enfatiza-se a importância do trabalho da Orientação Profissional nos momentos de transição na vida escolar do aluno: da Educação Infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental, do Ensino Fundamental para o Ensino Médio regular ou técnico integrado, do Ensino Médio para o Ensino Superior, da escola para o trabalho, e assim por diante (SILVA; DE CARVALHO, 2020).

Em janeiro de 2021, o Conselho Nacional de Educação publicou uma Resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Neste documento, defende-se como princípio norteador da EPT a interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular. Nesse sentido, sendo mais recente que a Lei que estabelece a reforma educacional no Ensino Médio, a resolução voltada para a EPT rompe com a flexibilização curricular, pautada na fragmentação e descontextualização (MEC, 2021).

Tem-se observado que a reformulação da Educação Básica a partir dessa reforma precariza os fundamentos e princípios básicos e essenciais de uma formação humana integral, sem assegurar uma educação solidificada em uma base científica e tecnológica, reduzindo-a apenas à preparação para o mercado de trabalho, como provedor de mão-de-obra barata. Os jovens das classes populares e usuários da educação pública acabam sendo capturados por essa lógica mercantilista e tecnicista. A atual política educacional fortalece essa lógica

neoliberal do capitalismo, limitando o conhecimento a apenas algumas habilidades e competências específicas que favorecem a lógica capitalista. Destaca-se que, apesar de ser uma proposta de educação integral com pressupostos diferentes da Educação Profissional, a reforma deve considerar o trabalho em sua dimensão ontológica, como um princípio educativo (ESQUINSANI; SOBRINHO, 2020).

Outro ponto a ser pautado em nossa discussão é a flexibilização proporcionada pela reforma em privatizar, passando o Estado a permitir que os sistemas de ensino possam firmar convênios com instituições parceiras de educação à distância (art. 36, § 11), facilitando a proposta de uma organização curricular exclusivamente reducionista, tecnicista e à serviço do mercado de trabalho (BRASIL, 2017; ESQUINSANI; SOBRINHO, 2020).

No contexto das reformas educacionais, ratifica-se a contribuição que a Orientação Profissional pode desempenhar nas intervenções e na compreensão do fenômeno do trabalho na formação humana integral dos indivíduos. A Orientação Profissional pode proporcionar ferramentas elementares para a criação e implementação de políticas públicas voltadas para a educação brasileira, assim como na geração de emprego.



## 5 A CONTRIBUIÇÃO DA ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

A atuação da Orientação Profissional, inicialmente, pautou-se em ações voltadas para a adequação dos indivíduos a vagas de emprego, com o objetivo de aumentar a produtividade utilizando testes psicométricos para analisar o perfil dos candidatos e as características necessárias para a vaga que estava sendo ofertada. Até meados do século XX, a OPC focou seus esforços em moldar os indivíduos, sem levar em consideração o contexto e o próprio sujeito. Tal modelo tendia a atribuir somente ao indivíduo a responsabilidade pela sua escolha profissional. Influenciados pelo dissenso com tais práticas, autores embasados pela Psicologia Sócio-Histórico defendem uma abordagem que explore o contexto social, histórico e cultural do sujeito, como um ser ativo que se constitui a partir de mediações sociais. A escolha profissional é vista, a partir dessa perspectiva, como influenciada por diversos fatores decorrentes da complexidade do sistema produtivo capitalista (FERREIRA; AZEVEDO, 2020).

A OPC tem como objetivo facilitar o processo de escolha do indivíduo que está com dúvidas no que se refere à carreira profissional. Durante esse processo, será avaliado, dentre outros aspectos, as suas características pessoais que auxiliarão a realizar as suas escolhas profissionais. O processo de OPC ajudará os indivíduos a conhecerem suas preferências, atuando no seu autoconhecimento, obtendo informações sobre o mercado de trabalho e as diversas áreas ocupacionais, e explorando suas escolhas (SOUZA et al, 2019).

Compreende-se a OPC como um processo que ocorre ao longo da vida do indivíduo, estando a tomada de decisão presente na infância até a aposentadoria. Pressupõe-se, a partir da concepção de Savickas et al. (2010 apud Melo-Silva, Munhoz e Leal, 2019) sobre as teorias de construção da carreira e o Paradigma Life Design, que as identidades dos indivíduos são construídas a partir da infância, em um processo contínuo. Assim, Melo-Silva, Munhoz e Leal (2019) argumentam que as intervenções da OPC podem ser realizadas ao longo da vida, podendo trabalhar questões relacionadas à primeira escolha, à inserção profissional, ao desenvolvimento de um projeto de carreira ou ao processo de aposentadoria.

Em relação a fase da adolescência, a OPC pode facilitar a transição do indivíduo do mundo infantil para o mundo adulto, possibilitando que estes se conheçam melhor como seres inseridos em um contexto social, econômico e cultural. Sendo um indivíduo em formação, o adolescente recebe influência do meio, seja social, cultural ou político. Essas influências

afetam de forma determinante nas escolhas que moldam a identidade pessoal e profissional destes indivíduos. É nesse momento de transição, que o adolescente pode sofrer ansiedade e dificuldades, que são próprias dessa fase do desenvolvimento, marcada por mudanças físicas e emocionais, que acontecem em um curto período de forma rápida e intensa (COUTO; VICENTE, 2018; FERREIRA; AZEVEDO, 2020).

É na adolescência que o processo global de amadurecimento é intensificado. Em direção a uma identidade adulta, o adolescente altera todo o seu comportamento e desenvolvimento. Nesse sentido, durante esse processo o indivíduo deve desenvolver maturidade para a escolha de uma carreira, que influenciará as suas escolhas profissionais que proporcionarão para a fase adulta crescimento e realização (JUNQUEIRA, 2010).

Junqueira (2010) aponta que três autores são essenciais para se compreender esse processo de amadurecimento da adolescência e o desenvolvimento da identidade profissional: Winnicott, Erikson e Bohoslavsky.

Para Winnicott, o amadurecimento do indivíduo é baseado em três proposições. A primeira apoia-se na ideia de que há uma tendência inata ao amadurecimento em todo indivíduo, que necessita somente de um ambiente facilitador para integrá-la. Em segundo, que o amadurecimento começa a partir da fecundação, no início da vida humana, se estendendo até a morte. Por último, Winnicott considerava o termo saúde como um estado complexo da existência, que exigia não apenas a ausência de doenças, mas também adversidades necessárias para o ser vivo e seu amadurecimento. Estas adversidades também acompanham o estágio da adolescência, em que ocorre as ansiedades e pressões, as mudanças físicas e emocionais, como também o amadurecimento que desponta nessa fase. É por meio do amadurecimento que o adolescente lidará com os acontecimentos decorrentes dessas mudanças e pressões (JUNQUEIRA, 2010).

A Teoria Psicossocial do Desenvolvimento de Erik H. Erikson compreende que o desenvolvimento, a cada etapa, passa por exigências advindas tanto do mundo interno, como do mundo externo do indivíduo, resultando em conflitos e, por conseguinte, em crises. Ou seja, as mudanças físicas, cognitivas e psíquicas desencadeiam uma crise interna que proporciona um crescimento pessoal. Dessa forma, Erikson defende a análise da cultura e da sociedade na observação do desenvolvimento do sujeito (JUNQUEIRA, 2010).

As crises que ocorrem em cada estágio do desenvolvimento culminam em uma reestruturação e reformulação da personalidade, construída a partir das experiências de

sucesso e fracasso vivenciadas pelo ego, que precisa passar por um processo de adaptação. Erikson estruturou estes estágios a partir das crises vivenciadas ao longo da vida. Para o autor e para a teoria freudiana que embasa seus estudos, o ego do sujeito passaria pelas crises e sairia dela fortalecido ou fragilizado, dependendo da forma como o conflito foi vivenciado, o que influenciaria no próximo estágio. Lembrando que o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo também estaria ligado ao seu contexto social. Na adolescência, a teoria de Erikson evidencia a necessidade de segurança entre as transformações físicas e psicológicas desse período. É nos estágios anteriores que o ego deve construir essa segurança, a partir da formação da identidade do sujeito, expressada também por questionamentos presentes na adolescência: “O que sou? O que quero ser?”. Inserido em uma sociedade, o adolescente busca desempenhar algum papel, desde então, a escolha profissional se manifesta, como também a participação em grupos, elaboração de metas para o futuro, inclinação para relacionamentos amorosos, entre outras características (RABELLO; PASSOS, 2015).

Bohoslavsky complementa compreendendo a adolescência como um processo de mudanças que submete o indivíduo a uma crise contínua. Passando por esse processo, o ser constitui a sua identidade ocupacional, que é parte da sua identidade pessoal, submetendo-se também às mesmas mudanças, desafios, dificuldades e possibilidades. É a partir das identificações que a identidade ocupacional se constitui, efeito das interações do indivíduo com o meio e as suas relações. Bohoslavsky também a define como a “autopercepção ao longo do tempo em termos de papéis ocupacionais” (BOHOSLAVSKY, 1977).

O caminho para chegar a uma escolha profissional é um processo em que o adolescente precisa tomar consciência de si mesmo e construir um projeto para o futuro, imaginando-se ocupando um papel social e ocupacional. Esse processo é composto por lutos, segundo Bohoslavsky (1977), que necessitam ser elaborados, demandando que o adolescente confronte a realidade política, social, econômica e profissional, e reflita sobre a influência de fatores externos (família, mídia, amigos e professores) na construção de sua identidade (JUNQUEIRA, 2010).

A partir da Teoria Psicossocial de Erikson, observou-se um rompimento com a concepção de que as crises inerentes da adolescência são apenas do âmbito individual, levando em conta o contexto sócio-cultural que o indivíduo está inserido. Com isso, a abordagem Sócio-Histórica considera que o desenvolvimento do indivíduo é determinado pelas condições históricas do meio em que está inserido, e não a passagem de estágio determinada pela idade. Dessa forma, as crises existentes nessa fase são disparadoras para o

amadurecimento do indivíduo, atuando como uma ruptura do indivíduo por meio das suas relações sociais (TOMIO; FACCI, 2009).

É importante enfatizar que a escolha profissional não se resume, apenas, a uma tomada de decisão voltada para uma profissão. Ela proporciona, essencialmente, a reflexão sobre o indivíduo, sobre suas crenças e sobre o mundo do trabalho, com a finalidade de proporcionar a decisão autônoma, consciente e madura. Essa escolha demanda adquirir conhecimentos, desenvolver atitudes e habilidades que permitam ao indivíduo aprender a decidir (GEREMIA; NAZARIO, 2018; ZAPELINI; REMOR; FARIAS, 2018).

O adolescente que passou pelo processo de escolha de um curso técnico, na modalidade de Ensino Médio Integrado, é instado a tomar uma decisão que, sem o devido acompanhamento, pode se dar de forma prematura e irrefletida. Com isso, é importante a realização da Orientação Profissional nesse momento em que o indivíduo passará pela primeira vivência em torno da escolha profissional. Para que a OPC tenha efetividade no contexto da EPT, faz-se necessário compreender o indivíduo em sua integralidade, como sujeito ativo, social e histórico, e considerar o seu contexto histórico e social. O trabalho da OPC possui o compromisso não somente com a transformação e promoção do autoconhecimento do indivíduo, como também com a transformação e influência social, política e cultural (FERREIRA; AZEVEDO, 2020).

Dessa forma, a atuação da OPC, a partir da perspectiva sócio-histórica, foca-se na promoção da saúde dos adolescentes, compreendendo-os a partir do seu contexto histórico e suas relações sociais, com o objetivo de ampliar a consciência da realidade em que estão inseridos, proporcionando ferramentas para agir diante dos conflitos e crises.

A escolha de um curso profissional no contexto da EPT não precisa ser uma escolha definitiva, o indivíduo ainda passará uma por infinidade de experiências que proporcionarão futuras possibilidades de escolha. A escolha durante essa fase da vida é apenas uma parte de um longo processo (FERREIRA; AZEVEDO, 2020). Contudo, quando esse processo não reflete e não desenvolve o indivíduo para o momento da tomada de decisão, seja pela falta de autoconhecimento ou de informações acerca do mundo do trabalho, por consequência, podem ocorrer evasões, mudanças de carreira ou sujeitos insatisfeitos com suas profissões (ZAPELINI; REMOR; FARIAS, 2018; SOUZA et al., 2019).

Diante disso, apresentaremos a seguir como a pesquisa foi realizada, especificando suas etapas e os procedimentos que foram adotados em cada uma delas.

## 6 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa é de natureza descritiva, levando em consideração o seu objetivo de levantar percepção de egressos sobre o processo de escolha de um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Diante da natureza desta investigação, utilizou-se o método qualitativo para interpretar as questões levantadas, trabalhando com o universo de significados, aspirações e motivações abordados no fenômeno estudado, que é a Escolha Profissional.

Para a coleta, análise e interpretação dos dados, utilizou-se como procedimento o estudo de campo. O estudo de campo possibilitou o aprofundamento do problema de pesquisa, buscando identificar as características do universo pesquisado. A pesquisa foi desenvolvida a partir de um levantamento de dados, em formato de questionário com perguntas abertas e fechadas, realizado em ambiente virtual, com o propósito de captar as percepções dos participantes. Para a interpretação e discussão das informações, recorreu-se à abordagem teórica da Psicologia Sócio-Histórica.

Na perspectiva sócio-histórica, o Materialismo Histórico Dialético se faz presente como método e alicerce conceitual, com o objetivo de superar os reducionismos das concepções empiristas e idealistas. Fundamentando-se na abordagem materialista dialética, compreende-se que o homem deve ser estudado em sua especificidade e totalidade, não o considerando somente como resultado do desenvolvimento biológico, mas também como resultado do desenvolvimento histórico e cultural, integrando essas duas linhas de desenvolvimento em sua compreensão (FREITAS, 2002).

Dessa forma, a Psicologia Sócio-Histórica destaca sua análise dialeticamente com os sentidos externos e internos do indivíduo, levando em consideração a sua relação com a sociedade que está inserido, pois o compreende como sujeito histórico, marcado por uma cultura (FREITAS, 2002). A finalidade de abordar esse estudo a partir de uma pesquisa qualitativa, com uma perspectiva sócio-histórica, é entender as percepções pessoais dos participantes a respeito do fenômeno observado, em sua totalidade social, buscando compreender os sujeitos assim como o contexto.

### 6.1 CENÁRIO DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida com egressos dos Institutos Federais situados em alguns municípios que compõem a Região Metropolitana de São Luís, que são: São José de Ribamar e São Luís.

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados pela Lei nº 11.892/2008, juntamente com a instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Entretanto, antes disso, através do Decreto nº 7.566/1906 foram criadas as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. A partir deste Decreto, em 16 de janeiro de 1910 foi instalada a unidade do Maranhão (BRASIL, 2008; BRASIL, 1906).

Em 1959, passa a ser chamada de Escola Técnica Federal de São Luís, pela Lei nº 3.552 que firma uma nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura. Em 1989, pela Lei nº 7.863, a Escola Técnica Federal do Maranhão foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica e passou a ser regida pela Lei nº 6.545/1978, adquirindo a competência de oferecer educação tecnológica por meio de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, de licenciatura, técnicos de 2º grau, educação continuada, além da realização de pesquisas aplicadas na área tecnológica (BRASIL, 1959; BRASIL, 1989; BRASIL, 1978).

Atualmente, a instituição é denominada Instituto Federal do Maranhão (IFMA), segundo seu Estatuto, anexado à Resolução nº 120/2016, possuindo trinta campi, quatro Centros de Referência, um Centro de Referência Tecnológica, um Centro de Pesquisas Avançadas em Ciências Ambientais, quinze Polos de Educação a Distância e trinta e oito Pólos Institucionais, os quais se constituem unidades administrativas e pedagógicas. Os campi localizados na Região Metropolitana de São Luís são: Câmpus São José de Ribamar, Campus São Luís-Centro Histórico, Campus São Luís-Maracanã e Campus São Luís-Monte Castelo (IFMA, 2016).

Segundo o Plano Desenvolvimento Institucional (PDI/2019-2023) (IFMA, 2019), os pressupostos que norteiam o IFMA partem de:

uma referência concreta de ser humano considerado em sua integralidade, como sujeitos históricos envolvidos em constante processo de transformação que não se reduz ao tempo e ao espaço, de ação, crítico, reflexivo, construtor de sua história e cultura. Deste modo, o ser humano é concebido em sua pluridimensionalidade filosófica, histórica, biológica, econômica, ecológica, política, emocional, cultural e social e, ademais, aberto ao transcendente. (IFMA, 2019, p. 38)

Desse modo, o IFMA compromete-se com uma formação fundamentada nas concepções de politecnia e omnilateralidade, proporcionando qualidade não somente técnica, como também social.

## 6.2 AMOSTRA

Utilizou-se o método de amostragem não probabilístico por conveniência.

Para participar da pesquisa, os participantes precisariam atender aos seguintes critérios de inclusão:

- Ser egresso do Ensino Médio Técnico Integrado;
- Ter idade a partir de 18 anos;
- Ter cursado o Ensino Médio na Região Metropolitana de São Luís;

Quanto ao critério de exclusão, foi considerado a conclusão do Ensino Médio Integrado há mais de cinco anos.

Responderam ao questionário 52 participantes, entretanto 8 destes não atendiam aos critérios de inclusão e seus dados não foram considerados durante a tabulação dos resultados. Com isso, a amostra desta pesquisa é composta por 44 egressos do Instituto Federal do Maranhão, que cursaram o Ensino Médio Técnico Integrado na Região Metropolitana de São Luís e concluíram nos últimos cinco anos (2017-2021).

## 6.3 INSTRUMENTOS

Utilizou-se como instrumento o Questionário Eletrônico (Apêndice B), construído pela pesquisadora e disponibilizado pela plataforma Formulários Google. No Questionário constava o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) e, em seguida, as perguntas do Questionário Eletrônico (Apêndice B).

O questionário se dividiu em duas seções, com perguntas abertas e fechadas, contendo vinte e quatro perguntas. Estas eram relacionadas ao perfil sociodemográfico dos participantes e ao processo de escolha do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Atendendo ao Ofício Circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

(BRASIL, 2021b), garantiu-se ao participante o direito de não responder qualquer questão, sendo as perguntas não-obrigatórias.

## 6.4 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A pesquisa foi submetida à Plataforma Brasil pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-HUUFMA), sendo avaliada pelo código de Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) 55237221.3.0000.5086 e aprovada sob o Parecer nº 5.376.289. Ao longo da pesquisa foram observadas as determinações da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), que orienta e regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos; a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), que regulamenta as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, em que o procedimento metodológico envolva a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes; o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005); e o Ofício Circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (BRASIL, 2021b), que orienta procedimentos referentes a pesquisas que possuam qualquer etapa em ambiente virtual.

Enfatiza-se o compromisso do sigilo e confidencialidade das informações coletadas dos participantes, sendo estas utilizadas somente para a pesquisa em questão. Atendendo aos procedimentos do Ofício Circular nº 2/2021 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, com o compromisso de assegurar a confidencialidade e a privacidade dos participantes, a pesquisadora utilizou estratégias para garantir a proteção destes, com perguntas formuladas que não permitiam a identificação dos participantes, além da retirada periódica dos dados fundamentais para a pesquisa da plataforma utilizada para a coleta. Durante a pesquisa, não houve discriminação na seleção dos indivíduos, nem a exposição a riscos.

## 6.5 PROCEDIMENTOS

### 6.5.1 Coleta de Dados

Após a aprovação da pesquisa na Plataforma Brasil, realizou-se um estudo piloto com três indivíduos, visando o aprimoramento do instrumento, refinamento e



aperfeiçoamento de toda a pesquisa, para garantir que os dados que foram coletados atendessem aos objetivos da pesquisa. A partir da aplicação do estudo piloto, foram feitas observações e correções referentes ao instrumento que seria utilizado.

O Questionário Eletrônico, elaborado pela pesquisadora e disponibilizado pela plataforma Formulários Google, foi divulgado nas redes sociais e compartilhado com os canais de comunicação dos campi do IFMA da Região Metropolitana de São Luís. No Questionário constava o TCLE (Apêndice A) e, em seguida, as perguntas do Questionário Eletrônico (Apêndice B). O TCLE foi apresentado para o (a) participante na primeira seção do Questionário Eletrônico, sendo a continuidade da pesquisa subordinada a aceitação do participante dos termos e condições dispostos no instrumento. Caso concordasse em participar, as respostas ao Questionário eram consideradas como anuência à participação. Disponibilizou-se também ao participante o *download* da cópia do TCLE na primeira seção do Questionário.

#### 6.5.2 Análise de Dados

Para analisar os dados coletados foi utilizada a técnica Análise de Conteúdo. Tal método determina a objetividade, sistematização e conclusão. O objetivo desta técnica é obter, a partir de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das respostas, indicadores categorizados que permitam deduzir os conhecimentos relacionados à produção e tratamento das respostas obtidas (GERHARDT et al., 2009).

Empregou-se a análise temática como modalidade de Análise de Conteúdo que, segundo Minayo (2007), “está ligada a uma afirmação a respeito de determinado assunto. Ela comporta um feixe de relações e pode ser graficamente apresentada através de uma palavra, de uma frase, de um resumo” (p. 315).

A Análise de Conteúdo ocorrera em três fases (MINAYO, 2014):

- Pré-análise: organização do material que será analisado, definindo a unidade de registro, unidade de contexto, trechos significativos e categorias.
- Exploração do material: é o momento de aplicar o que foi definido na fase anterior.

- Tratamento dos resultados: trabalham-se os dados brutos, permitindo destaque para as informações obtidas, as quais serão interpretadas.

A seguir, descreveremos os resultados que foram coletados a partir do Questionário Eletrônico, apresentando-os em formato de gráficos e suas descrições.

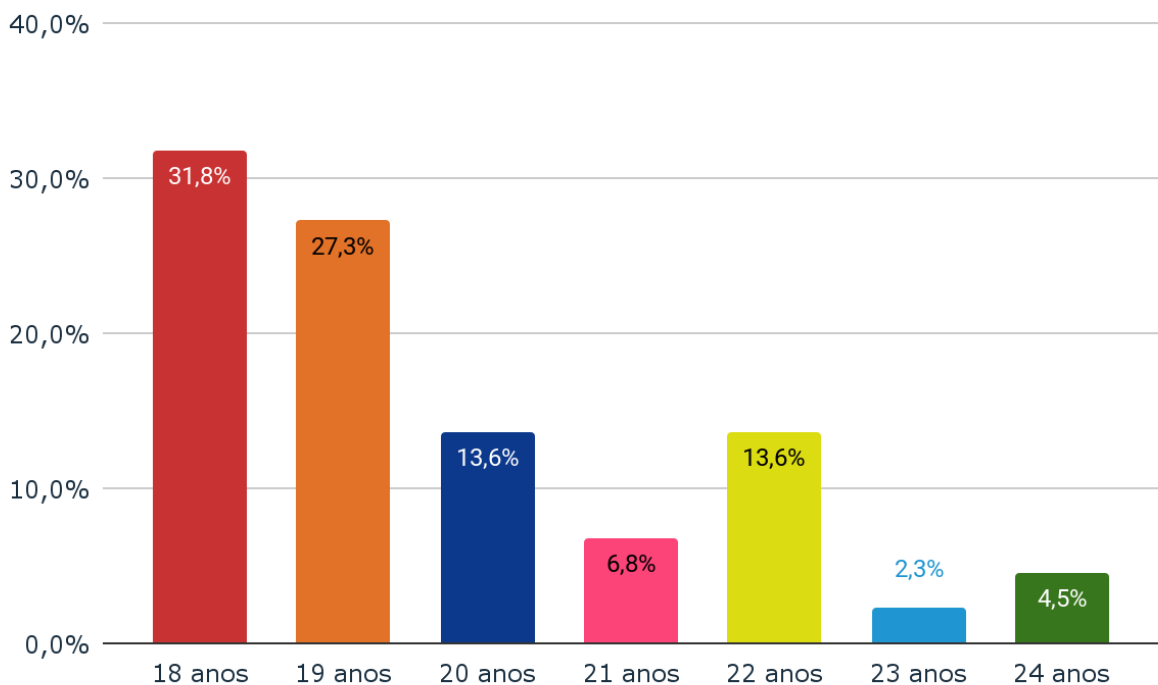
## 7 RESULTADOS

Os dados relativos ao perfil dos participantes serão analisados quantitativamente, enquanto que, os dados referentes ao processo de escolha serão analisados qualitativamente, para a melhor compreensão do fenômeno estudado.

### 7.1 DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS DOS PARTICIPANTES

Em relação à caracterização dos participantes, a idade variou entre os 18 e 24 anos, sendo 31,8% dos respondentes com 18 anos, 27,3% com 19 anos, 13,6% com 20 anos, possuindo a mesma porcentagem dos participantes com 22 anos, 6,8% dos participantes com 21 anos, 2,3% com 23 anos e 4,5% dos participantes com 24 anos. Os resultados sobre a idade são apresentados no Gráfico 1.

**GRÁFICO 1 - IDADE**



Fonte: Elaborado pela autora.

Entre os participantes, 79,5% se declararam do sexo feminino e 20,5% do sexo masculino. Em relação à cor/raça, 43,2% dos respondentes se autodeclararam pardos, 36,4% brancos e 20,5% pretos. Portanto, a maioria dos participantes da pesquisa (63,7%) foi de pessoas negras, considerando-se os critérios do IBGE que definem que a população negra é formada pelo somatório de pessoas pretas e pardas (PETRUCCELLI; SABOIA, 2013).

Dos 44 participantes, a maioria é natural de São Luís do Maranhão (70,5%). Somente 2 respondentes não informaram suas cidades, no entanto, informaram que nasceram no Maranhão, e 2 participantes são naturais de outro Estado. Os dados completos sobre a naturalidade dos participantes são apresentados na Tabela 1.

**TABELA 1 - NATURALIDADE (CIDADE/ESTADO)**

<b>Naturalidade (Cidade/Estado)</b>	<b>Total</b>	<b>Porcentagem</b>
São Luís (MA)	31	70,5%
São José de Ribamar (MA)	3	6,8%
Não informou a cidade (MA)	2	4,5%
Salvador (BA)	2	4,5%
Bacabal (MA)	1	2,3%
Caxias (MA)	1	2,3%
Lago da Pedra (MA)	1	2,3%
Paço do Lumiar (MA)	1	2,3%
Pindaré Mirim (MA)	1	2,3%
Vitória do Mearim (MA)	1	2,3%
<b>Total geral</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Observa-se na Tabela 2 a relação entre a renda mensal familiar e a quantidade de pessoas que moram na mesma residência. A maioria dos participantes moram com 2 a 3 pessoas (n=19) e, em relação a renda, a maioria possui os proventos familiares acima de um salário mínimo (R\$ 1.212,00 a R\$ 6.059,00) (n=23).

**TABELA 2 - RENDA FAMILIAR MENSAL E QUANTIDADE DE PESSOAS NA RESIDÊNCIA**

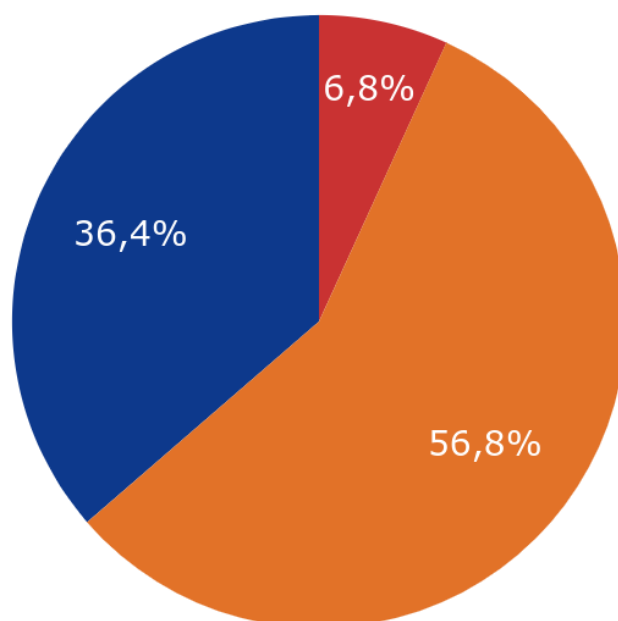
Quantas pessoas moram junto com você?	Qual a sua renda familiar mensal atualmente?				Total geral
	Abaixo de um salário mínimo (R\$ 0,00 a R\$ 1.211,00)	Um salário mínimo (R\$ 1.212,00)	Acima de um salário mínimo (R\$ 1.212,00 a R\$ 6.059,00)	Acima de 5 salários mínimos (R\$ 6.060,00)	
0 a 1	2	1	1	1	5
2 a 3	3	7	9	0	19
4 a 5	2	4	12	0	18
6	0	1	1	0	2
<b>Total geral</b>	<b>7</b>	<b>13</b>	<b>23</b>	<b>1</b>	<b>44</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 2 trata sobre o campus onde os participantes concluíram o Ensino Médio, onde 56,8% concluíram no campus IFMA - Monte Castelo, 36,4% dos respondentes no campus de São José de Ribamar e 6,8% no campus do Centro Histórico. O único campus da Região Metropolitana de São Luís que não obtivemos participantes foi o IFMA Maracanã.

**GRÁFICO 2 - INSTITUIÇÃO ONDE CONCLUIU O ENSINO MÉDIO**

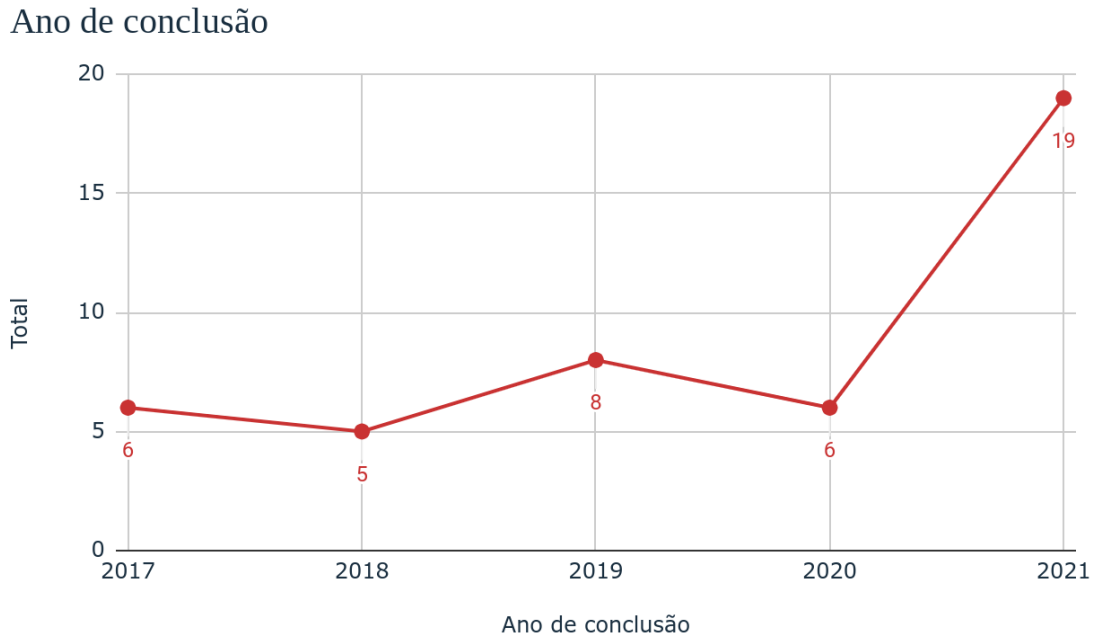
- IFMA - CENTRO-HISTÓRICO
- IFMA - MONTE CASTELO
- IFMA - SÃO JOSÉ DE RIBAMAR



Fonte: Elaborado pela autora.

Apresenta-se no Gráfico 3 a linha de tendência das respostas em relação ao ano de conclusão do Ensino Médio. Observa-se que a maior parte das respostas são de egressos que concluíram em 2021 (n=19).

**GRÁFICO 3 - ANO DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO**



Fonte: Elaborado pela autora.

A Tabela 3 apresenta os dados referentes ao curso técnico concluído pelos participantes, com: 34,1% egressos de Eletroeletrônica, 29,5% de Química, 11,4% de Comunicação Visual; Artes Visuais, Design de Móveis, Eletrotécnica e Informática tiveram a mesma quantidade de respondentes (4,5%), assim como Edificações, Informática para internet e Meio Ambiente com 2,3%.

**TABELA 3 - CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO**

Curso Técnico Concluído	Total	%
Eletroeletrônica	15	34,1%
Química	13	29,5%
Comunicação Visual	5	11,4%
Artes Visuais	2	4,5%

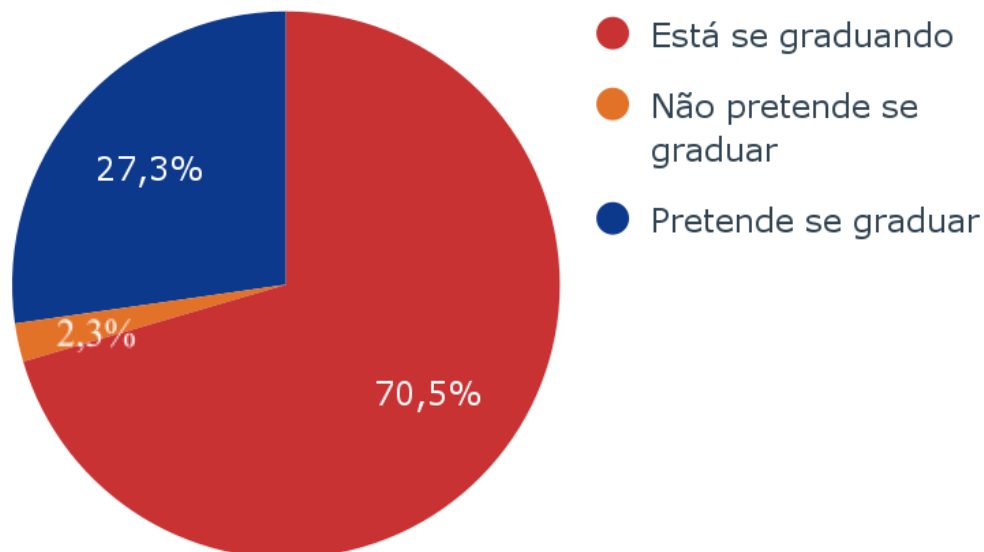
<b>Curso Técnico Concluído</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Design de Móveis	2	4,5%
Eletrotécnica	2	4,5%
Informática	2	4,5%
Edificações	1	2,3%
Informática para internet	1	2,3%
Meio ambiente	1	2,3%
<b>Total geral</b>	<b>44</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação à preparação dos participantes para o vestibular, 70,4% dos participantes atualmente não estão se preparando para os seletivos de ingresso ao Ensino Superior e 29,5% estão se preparando. Este dado corrobora com os resultados obtidos a partir da pergunta relacionada ao Ensino Superior, onde indagou-se aos participantes: se pretendiam graduar-se (preparando-se para o vestibular), se estavam na graduação ou se não pretendiam fazer graduação. Dos dados coletados, 70,5% estavam se graduando, 27,3% pretendiam se graduar e 2,3% não pretendiam se graduar.

#### **GRÁFICO 4 - EM RELAÇÃO AO ENSINO SUPERIOR**

Em relação ao Ensino Superior, você:



Fonte: Elaborado pela autora.

Na Tabela 4 e 5, verificamos o curso no qual os participantes estão se graduando e em quais pretendem se graduar, demonstrando nos resultados que a maioria dos participantes escolheram cursar Psicologia (n=8) e Design (n=8).

**TABELA 4 - RELAÇÃO ENTRE CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO E GRADUAÇÃO EM CURSO**

<b>Curso Técnico Concluído</b>	<b>Graduação que está cursando</b>	<b>Total</b>
Artes Visuais	Design	2
Comunicação Visual	Design	3
	Psicologia	1
Design de Móveis	Design	1
	Psicologia	1
Edificações	Medicina	1
Eletroeletrônica	Bacharelado em Sistemas de informação	1
	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia / Engenharia Aeroespacial	1
	Direito	2
	Engenharia Civil	1
	Pedagogia	1
Eletrotécnica	Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia	1
Informática	Design	1
	Psicologia	1
Meio ambiente	Psicologia	1
Química	Arquitetura e urbanismo	1
	Ciência da Computação	1
	Design	1



	Educação física	1
	Farmácia	1
	Licenciatura em química	1
	Odontologia	2
	Psicologia	4
<b>Total geral</b>		<b>31*</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

\* O total é referente à soma dos participantes que já estão cursando o Ensino Superior.

**TABELA 5 - RELAÇÃO ENTRE CURSO TÉCNICO CONCLUÍDO E GRADUAÇÃO QUE PRETENDE CURSAR**

<b>Curso Técnico Concluído</b>	<b>Graduação que pretende cursar</b>	<b>Total</b>
Comunicação Visual	Não informou	1
Eletroeletrônica	Bacharelado em segurança pública	1
	Ciência da Computação	1
	Direito	2
	Enfermagem	1
	Engenharia da computação	1
	Farmácia	1
	Pedagogia	1
Eletrotécnica	Biologia	1
Informática para internet	Estética	1
Química	Medicina	1
<b>Total geral</b>		<b>12*</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

\* O total é referente à soma dos participantes que pretendem cursar o Ensino Superior.

Quanto à pergunta relacionada ao trabalho dos participantes, 72,7% responderam que não estão trabalhando atualmente, 22,7% estão trabalhando e 2,3% realizam estágio não-obrigatório. 2,3% não informaram. No tocante a trabalhar em área relacionada ao Curso Técnico, 81,8% nunca trabalhou, enquanto 18,2% dos participantes trabalham ou já trabalharam. Entre os que trabalham ou já trabalharam (n=8), as áreas trabalhadas foram: Laboratório de análises químicas (Química), Técnico Eletricista ou outra função

desempenhada no setor elétrico (Eletrotécnica e Eletroeletrônica), Criação de identidades visuais ou Design Gráfico (Comunicação Visual), Encadernação artesanal (Artes Visuais) e a área ambiental/rural (Meio-Ambiente).

## 7.2 PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA

Apresentam-se a seguir, os dados relativos às perguntas voltadas à percepção dos participantes sobre como ocorreu o seu Processo de Escolha do Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. As questões abertas serão apresentadas e analisadas a partir da categorização das respostas, utilizando como estratégia a técnica de Análise de Conteúdo, segundo Bardin (1979).

Constatou-se, a partir dos dados coletados na Pergunta “*Durante o Ensino Fundamental, você vivenciou alguma atividade/situação que contribuiu para a sua escolha do Curso Técnico no Ensino Médio?*”, que 65,9% não vivenciaram nenhuma atividade ou situação que tenha contribuído para a escolha do Curso Técnico durante o Ensino Fundamental, enquanto 34,1% afirmaram que vivenciaram. Entre os que comentaram sobre esta vivência/situação, percebeu-se que:

a) Estavam relacionadas às afinidades destes egressos com disciplinas que eles acreditavam que haveria relação com o Curso Técnico escolhido (n= 4). Por exemplo:

“*As primeiras aulas de química do 9º ano*” (Participante P3);

“*Fui influência por ser boa em matemática (sic)*” (Participante P8);

b) Com habilidades desenvolvidas em momentos de entretenimento (n= 4):

“*Sempre fui muito próxima a coisas das artes e relacionadas a desenhos, fotografias*” (Participante P15);

“*Gostava de desenhar e trabalhar a criatividade*” (Participante P16);

c) Relacionadas com temas de seus interesses (n= 3):

“*Eu sempre amei jogos, então achei que tinha algo a ver com Informática*” (Participante P25);

“*Sempre fui apegada à tecnologia...*” (Participante P35).

Quando perguntado se “*O tema da Escolha e Carreira Profissional esteve presente durante os anos que cursou o Ensino Fundamental?*”, 56,8% dos participantes responderam que não, enquanto 43,2% responderam que esteve presente. Dentre esses, oito participantes responderam que tiveram contato com o tema dentro do ambiente escolar, enquanto que para quinze participantes ocorreu fora do ambiente escolar. Quatro participantes responderam que o tema da Escolha e Carreira Profissional não esteve presente durante os anos em que cursaram o Ensino Fundamental, entretanto quando perguntado o ambiente, responderam fora do ambiente escolar. Infere-se que, devido ao termo Ensino Fundamental remeter a vida escolar, estes participantes acabaram respondendo que não obtiveram contato, mesmo vivenciando situações relacionadas ao tema no âmbito familiar ou social.

Quanto à pergunta “*Você considera que tinha maturidade para escolher o Curso Técnico concluído?*”, 52,3% responderam que não tinham maturidade e 47,7% responderam que sim. Relacionado às influências durante a escolha pelo Curso Técnico, 56,8% dos participantes responderam que tiveram influência da família para escolher, 34% de professores da escola ou de cursos preparatórios, 18,1% de amigos ou colegas, 34% dos fatores econômicos. Seis participantes não informaram (13,6%) (Tabela 6).

**TABELA 6 - VOCÊ PERCEBE SE HOUE INFLUÊNCIA(S) NA SUA ESCOLHA**

<b>Você percebe se houve influência(s) na sua escolha:</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
da sua família	25	56,82%
de professores da escola ou de cursos preparatórios	15	34,09%
de seus amigos ou colegas	8	18,18%
dos fatores econômicos	15	34,09%
Não informou	6	13,64%
<b>Total*</b>	<b>69</b>	<b>156,82%</b>

Fonte: Elaborado pela autora.

\* O total das respostas excede os 100%, devido a possibilidade dos participantes marcarem mais de uma das opções.

### 7.2.1 Elucidações sobre Escolha Profissional e suas Repercussões

Os resultados coletados a partir das perguntas abertas foram sistematizados, elaborando um esquema que fundamentará a interpretação destes dados. Utilizando-se a

Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1979), estabeleceram-se os núcleos de sentido a partir da contagem da frequência das unidades de registro.

A Análise de Conteúdo organiza-se em três etapas: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados. Durante a pré-análise foi realizada a leitura flutuante do material. Após, definiu-se o *corpus* que seria submetido aos procedimentos de análise, aplicou-se às regras de exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência. Desse modo, determinou-se as unidades de registro, a forma de categorização e codificação e os conceitos teóricos que serão trabalhados adiante. Na exploração do material, classificou-se os núcleos de compreensão das respostas e aplicou-se as regras de contagem, utilizando a frequência de aparição da unidade de registro. Agregou-se os dados em categorias e sub-categorias teóricas, especificadas pelos temas retirados das respostas (BARDIN, 1979; MINAYO, 2014).

Na fase de categorização, as unidades de registro foram analisadas e divididas em 4 categorias temáticas e 16 unidades de contexto, de acordo com o agrupamento das unidades de registro.

A primeira categoria, intitulada “Processo da Escolha” possui como unidades de contexto: (i) por eliminação das opções disponíveis; (ii) por influência de terceiros (família, amigos e professores); (iii) por afinidade ou identificação (Proximidade com a perspectiva de futuro); e (iv) momento de indecisão profissional.

A segunda, chamada de “Fatores de Influência”, é dividida em: (i) Econômicos; (ii) Perspectiva de futuro/mercado de trabalho; (iii) Informação Profissional; e (iv) Interesse prévio pela área.

A terceira categoria denominada “Maturidade para a escolha”, dividiu-se em: (i) Falta de conhecimento/informação sobre o curso; (ii) Falta de maturidade para decidir; (iii) Sem planos de carreira para o futuro; (iv) Autoconhecimento das afinidades e aspirações; e (v) Melhor escolha para aquele momento.

A quarta, definida em "Repercussão para a vida profissional", possui como unidades de contexto: (i) Sem repercussões; (ii) Relação de continuidade com a graduação; (iii) Crescimento profissional (Experiência); e (iv) Saúde mental. A categorização dos elementos de análise estão presentes no Quadro 1.

**QUADRO 1 - PROCESSO DE ESCOLHA E SUAS REPERCUSSÕES**

<b>Categorias</b>	<b>Unidades de Contexto</b>	<b>Frequência</b>	<b>Unidades de Registro</b>
Processo da escolha	Por Eliminação das opções disponíveis	10	P7: "Foi mais uma escolha por eliminação de opções, mas não entendia muito bem do que se tratava o curso que escolhi."
			P29: "Foi o que eu mais me identifiquei dentro das opções disponíveis no campus"
			P30: "Escolhi por achar ser um curso bom e por ser mais perto de casa."
			P36: "Era a única opção de curso para o turno que escolhi."
			P43: "Era uma oportunidade única, na época tinha apenas esse curso, era minha única opção."
	Por Influência de terceiros (família, amigos e professores)	10	P3: "Minha família quase me forçou a escolher os cursos ditos melhores."
			P6: "Em conversa com os professores."
			P8: "Fui influenciada por terceiro e não me arrependo da escolha."
			P12: "Fui obrigada pelos meus pais e minha irmã a fazer o curso, fizeram minha inscrição sem me dizer."
			P20: "Escolhido pela minha irmã."
			P32: "Por causa do meu avô."
	Por Afinidade ou Identificação	12	P1: "Escolhi o curso que mais me interessava e que não envolvia áreas que eu tinha dificuldades."

	(Proximidade com a perspectiva de futuro)		P18: "Escolhi o curso pois na época sentia afinidade com ciências exatas."
	P23: "Escolhi o curso com maior afinidade aos meus hobbies."		
	P27: "Eu queria algo relacionado a engenharia, pois já estava pensando na graduação."		
	P38: "Escolhi a área com que mais me identifiquei."		
	Momento de Indecisão Profissional	8	P14: "Indecisão."
			P16: "Bastantes dúvidas."
			P24: "Uma mistura de medo do que poderia vir e assim não conseguir dar conta e uma ansiedade pra começar logo e aproveitar o que o curso poderia me proporcionar."
			P40: "A princípio me senti muito indecisa, até porque eu queria um curso mais relacionado a saúde, no entanto o mais próximo que eu achei e que possivelmente eu iria gostar, seria esse."
Fatores de influência	Econômicos	5	P2: "Procurei um curso que pudesse me trazer algum retorno financeiro posteriormente."
			P34: "Os fatores econômicos são os mais influentes, uma vez que sempre buscamos melhorar nossa renda e situação financeira através de uma visão mais ampla de futuro (...)"
			P36: "Por causa do transporte."

	Perspectiva de futuro/mercado de trabalho	4	P16: "É uma área que me chamou atenção pela necessidade do mercado de trabalho da época (...)"
			P35: "Meus professores comentavam (por alto) que gradativamente essa área iria se destacar no mercado, e isso ajudou muito na minha decisão."
			P38: "A família me aconselhou a escolher que me identificasse mais que ao mesmo tempo tivesse uma boa oportunidade no mercado de trabalho."
	Informação Profissional	2	P19: "Minha mãe e professora me ajudaram a pesquisar os pros e contras de cada um dos cursos disponíveis (potenciais salários, demanda, carga horária, atuação prática, etc.)." (sic)
			P31: "Internet."
	Interesse prévio pela área	4	P6: "Eu gostava da aula, pedia para o professor me ensinar mais sobre os assuntos relacionados à química."
P21: "(...) no ensino fundamental eu tinha muito contato com a área de exatas, participava e ganhei medalhas em Olimpíadas de Astronomia e Astronáutica e participei de preparatórios feitos na escola para alunos que tinham bons resultados na Olimpíada de Matemática. Então por conta disso, Informática era uma opção viável."			
P22: "Eu já me interessava por Design (...)"			
Maturidade para escolher	Falta de conhecimento/informação sobre o curso	8	P4: "Eu não tinha conhecimento sobre a área que eu iria me inserir e escolhi a área baseada única e exclusivamente em achismo. Se eu tivesse

			<p>a opção de escolher outra área hoje em dia, eu escolheria outra completamente diferente."</p> <p>P10: "Não. Porque não tinha certeza da minha decisão e nem conhecimento com propriedade acerca de cada profissão, só tinha uma pequena ideia, mas não conhecia o mercado de trabalho, os locais de trabalho e a atuação, propriamente dita."</p> <p>P18: "(...) Não tinha tanto conhecimento do trabalho do técnico, o que iria aprender e no que iria trabalhar. Tanto do meu curso, quanto dos outros. Se soubesse, talvez teria escolhido um curso diferente."</p> <p>P44: "Não obtive informações suficientes sobre as opções, a maioria dos colegas de turma nem sequer sabiam o que cada curso aprendia."</p>
	Falta de maturidade para decidir	5	<p>P3: "Não tinha maturidade, apesar de química ser uma das minhas vontades, sempre pensei na área de construção."</p> <p>P6: "Apesar de já ter uma noção do que eu queria, não acho que eu ainda tinha maturidade suficiente para decidir. Mas de toda forma, hoje em dia vejo como uma boa escolha."</p> <p>P7: "Não tinha (maturidade), mas não havia sido bem orientada sobre como essa escolha direcionaria a minha vida."</p> <p>P15: "Não, eu era jovem e sem experiências, assim como funcionou para mim poderia não ter funcionado."</p>



	Sem planos de carreira para o futuro	1	P37: "Naquele momento, eu tinha apenas 15 anos, não tinha planos para o futuro e não pensava muito sobre nada. Só queria estudar em uma escola que todos diziam ser muito boa. A verdade é que comecei a estudar um curso que eu nem sabia o que era até o momento em que foi explicado na sala de aula."
	Autoconhecimento das afinidades e aspirações	4	P11: "Sim, estava no início da adolescência, mas já conseguia entender as minhas aptidões e tinha uma certa noção do que aspirava." P12: "Tinha sim, pois com 14 anos sabemos o que mais gostamos/menos gostamos e temos mais afinidade."
	Melhor escolha para aquele momento	3	P21: "Eu acredito que sim, <i>na época eu tive meus critérios bem estabelecidos (...)</i> " P29: "Acredito que fiz a melhor escolha." P42: "Eu acredito que foi uma decisão tomada de forma madura, considerando o que eu tinha como certo naquele momento da minha vida (interesse pela Engenharia Civil e apreço pelas ciências exatas). Talvez hoje eu escolheria outro curso, mas eu definitivamente não seria quem sou hoje caso não tivesse feito Edificações."
Repercussão na vida profissional	Sem repercussões	8	P1: "Eu não colhi frutos desse curso, pois não era uma área que eu pretendia trabalhar, apesar de gostar bastante." P4: "Até agora não influenciou na minha vida profissional, até porque eu ainda me encontro estudando. Entretanto não consigo visualizar impactos"

			<p>que essas experiências que eu obtive no curso de química enquanto benéficas ou malélicas para a minha vida profissional, as experiências que eu vivenciei enquanto um aluno de instituto federal foram mais impactantes, experiências essas que eu poderia vivenciar em outros cursos."</p> <p>P7: "Hoje não trabalho na área em que fiz o curso técnico, então, apesar de hoje gostar muito da área, não tive experiências profissionais depois de formada, sendo que este é o principal motivo para cursá-lo."</p> <p>P29: "Nenhuma. Porque a minha futura profissão não tem nada a ver com o meu curso técnico."</p>
	Relação de continuidade com a graduação	8	<p>P6: "Fez toda a diferença, hoje continuo na área da química, gosto de muito do que faço e pretendo continuar me aprimorando cada vez mais."</p> <p>P14: "Repercutiu bem pois contribuiu em algumas disciplinas na minha faculdade."</p> <p>P16: "Levo o conhecimento do curso técnico para práticas diárias e experiência na atual graduação."</p> <p>P22: "Continuei na mesma área e durante a graduação em Design muitos dos assuntos abordados já tinham sido estudados por mim no curso técnico em Comunicação Visual (design gráfico), o que facilitou bastante a conclusão das disciplinas e projetos."</p>

	Crescimento profissional (Experiência)	9	P8: "Bom, trabalhei por um tempo na AmBev, o que foi uma excelente experiência profissional e veio através de um estágio. Esse estágio junto do peso que o nome IF carrega acabou que abre portas de maneira mais prática. Isso porque os métodos de ensino aplicados no IF são mais respeitados perante as empresas devido ao seu legado e tempo de trajetória."
			P19: "O diploma adquirido trouxe enriquecimento ao meu currículo profissional, além de que os conhecimentos absorvidos trouxeram-me facilidade nos estudos pré-vestibulares."
			P35: "Atualmente possuo um currículo bom (...)"
			P36: "Me deu conhecimento e experiência."
	Saúde mental	2	P12: "Não ajudou em nada, só lascou minha saúde mental mesmo. Me sinto como se tivesse perdido 3 anos da minha vida."
			P17: "Me deu problemas psicológicos."

## 8 DISCUSSÃO

### 8.1 PROCESSOS DE ESCOLHA

Os dados apresentados no capítulo anterior permitem que analisemos, a partir da revisão da literatura, os resultados obtidos com o estudo. Quando discute-se sobre o processo de escolha na Educação Profissional, observa-se a ausência de uma preparação para esta escolha, principalmente com os estudantes ingressantes advindos do 9º ano do Ensino Fundamental, adolescentes que com 13-14 anos se confrontam com um momento de decisão profissional de forma prematura e, conseqüentemente, imatura.

Verificou-se que a identificação com o curso escolhido foi um dos determinantes considerados na escolha profissional dos jovens que participaram da pesquisa. Esta identificação pode estar associada a afinidade com alguma disciplina, com seus hobbies ou até com a imagem que o jovem possui de determinada profissão.

*P38: "Escolhi a área com que mais me identifiquei."*

Bohoslavsky (1977) explanou sobre as identificações que o sujeito estabelece em suas relações, com pessoas que desempenham papéis ocupacionais e que possuem uma relação afetiva com o sujeito. Com base nessas relações, é gerado o sentimento de identidade ocupacional, que se desenvolve como um aspecto da identidade pessoal.

A identidade ocupacional não é algo definitivo, então, os participantes de nossa pesquisa passaram por momentos durante o Ensino Médio que podem ter amadurecido ou alterado sua primeira escolha. A construção de uma identidade ocupacional é um processo, ocorrido ao longo do tempo, relacionado com a autopercepção do indivíduo de expectativas sobre os papéis ocupacionais, que ocorrem em um determinado contexto histórico-social e a partir da relação com o outro (BOHOSLAVSKY, 1977).

Durante seu processo de constituição de sua identidade ocupacional, o indivíduo constrói uma imagem profissional, apoiada em toda a sua socialização com o meio, ao longo de sua vida. E é no momento da escolha propriamente dita que essas imagens são instigadas e as decisões são estabelecidas (BOCK, 2002).

As identificações com uma imagem profissional podem refletir em uma autonomia funcional desta escolha, dos motivos que influenciam essa identificação. Uma escolha baseada em identificações pode ser uma boa escolha, para aquele indivíduo, naquele momento

histórico e inserido naquele meio social (BOHOSLAVSKY, 1977). Elaborar uma escolha autônoma e consciente repercutiu em uma satisfação profissional que, como veremos nos tópicos adiante, não foi a realidade da maioria dos participantes.

Segundo Soares (2001), o indivíduo escolhe a partir das opções que estão disponíveis, que são determinadas por sua classe social e oferecidas pelo sistema econômico. Observamos que um número significativo dos participantes mencionou a “eliminação das opções disponíveis” como determinante da sua escolha.

*P7: "Foi mais uma escolha por eliminação de opções, mas não entendia muito bem do que se tratava o curso que escolhi."*

*P43: "Era uma oportunidade única, na época tinha apenas esse curso, era minha única opção."*

Questiona-se, entretanto, se podemos considerar que as escolhas que foram influenciadas por esse quesito são julgadas efetivamente como uma escolha. O indivíduo escolheu realmente de forma livre, autônoma e consciente? Ele teve liberdade de escolha?

Bock (2002) menciona que a escolha é um fenômeno pertencente à classe dominante e o reflexo dessa escolha é deslocada para todas as outras classes sociais, o que justifica as desigualdades e injustiças presentes na sociedade. Portanto, o indivíduo escolhe de acordo com a sua classe social, e dependendo de qual seja, ele tem mais ou menos liberdade para decidir. Enfatiza-se, então, que a liberdade para escolher passa pelo reconhecimento dos fatores que determinam essa escolha: seus motivos, origens e influências (SOARES, 2002; BOCK, 2002).

A partir disso, testemunha-se também, durante toda a história da educação técnica profissional no Brasil, a finalidade de oferecer formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, possuindo como principal público alvo integrantes das classes populares (GEREMIA, LUNA e BIANCHETTI, 2018). Dessa forma, corroborando com os dados coletados em nossa pesquisa, a maioria dos participantes (n=12) que possuíam uma renda familiar mensal acima de um salário mínimo (entre R\$ 1.212,00 a R\$ 6.059,00), conviviam com 4 a 5 pessoas na mesma residência, sendo a renda *per capita*<sup>1</sup> estimada em menos de um salário mínimo. Ou seja, a maioria dos participantes dessa pesquisa são integrantes das classes populares, sendo o público alvo da educação profissionalizante.

---

<sup>1</sup> Renda per capita é uma expressão do latim que significa renda por cabeça.

Outro determinante presente nas respostas dos entrevistados sobre o processo de escolha foi a Indecisão Profissional. Segundo Sousa (2021), a indecisão profissional relaciona-se com a incapacidade da pessoa escolher ou comprometer-se com essa escolha, podendo perdurar por um longo período da vida do indivíduo, sendo considerado um constructo de sua personalidade ou decorrente de problemas emocionais.

*P2: "Precipitado."*

*P10: "Confuso e incerto."*

*P16: "Bastantes dúvidas."*

Nota-se, durante a adolescência e início da fase adulta, o processo de exploração vocacional, por meio de atividades e comportamentos voltados para o conhecimento de si e do mundo do trabalho. De acordo com Ambiel, Martins e Hernández (2018), o adolescente que mais busca pelo autoconhecimento é o que mais apresenta indecisão profissional, por conta do constante questionamento acerca de seus interesses e valores, despertando dúvidas a respeito de si mesmo.

As dificuldades para decidir-se podem perpassar por três categorias, conforme Sousa (2021) elencou:

1) falta de prontidão, ocasionada por uma fraca motivação ou a uma indecisão generalizada, expectativas irreais sobre a carreira e falta de conhecimento relativo às etapas do processo de tomada de decisão;

2) falta de informação sobre si mesmo, sobre as ocupações e sobre a formação necessária para desempenhar essas ocupações;

3) informação inconsistente, não confiável e difusa, conflitos internos ou externos do indivíduo.

Portanto, salienta-se: para que o processo de escolha seja coerente, consciente e autônomo, o indivíduo deve ter acesso, sobretudo, a informações sobre o mundo do trabalho e sobre as profissões, pois a ausência dessas informações, juntamente com o conhecimento prévio insuficiente das possibilidades de atuação profissional, a ausência de maturidade e a não identificação com o curso, acarretam em um grande índice de egressos insatisfeitos com o mercado de trabalho e suas escolhas profissionais, afetando a saúde mental e influenciando em suas futuras escolhas.

É o sujeito que escolhe, o processo de escolha se remete a ele e apenas ele toma essa decisão. Até quando os participantes mencionaram que esse processo não ocorreu, que a escolha foi feita por outra pessoa, eles escolheram não escolher (P28: *"Na verdade não fui eu que escolhi, e sim minha mãe."*). Mesmo deixando a responsabilidade da escolha na conta dos pais ou afirmando que não foram eles que escolheram, quando o indivíduo decide não escolher, ele já está realizando uma escolha. É importante que estes jovens assumam a responsabilidade de suas escolhas e todos os conflitos que a cercam, valorizando e se comprometendo com a sua própria escolha (COUTO; VICENTE, 2018).

Um dos participantes mencionou que decidiu apenas no momento da inscrição (P35: *"Precisei tomar uma decisão na hora da inscrição e pronto"*), entretanto, compreendemos que, apesar da participante não ter percebido, houve um processo de escolha ali, que se iniciou muito cedo e durará a vida inteira. Pode-se inferir que a decisão tomada por volta dos seus 13-14 anos (Eletroeletrônica) influenciou de certa forma no curso que ela pretendia fazer na graduação (Ciências da Computação). A participante afirmou que a sua decisão por tal curso técnico foi influenciada por familiares e professores, que mencionaram sua aptidão para a área que foi escolhida. Então, de certa forma, o momento da inscrição exigiu da participante uma tomada de decisão. Neste momento, o indivíduo realizou sínteses do processo que já foi vivido para efetuar seus projetos para o futuro no momento da tomada de decisão.

## 8.2 FATORES DE INFLUÊNCIA

Levando em conta a realidade social dos nossos participantes, que são egressos (as) de cursos técnicos de nível médio, a sua primeira decisão profissional pode ter sofrido diversas influências, sendo algumas mais determinantes que outras, mas todas atuando conjuntamente nesse momento de decisão, sejam elas influenciadas por fatores sociais, políticos, econômicos, familiares, psicológicos e educacionais (SOARES, 2002; GEREMIA, LUNA e BIANCHETTI, 2018).

Em nossa análise, observamos nos discursos dos entrevistados que alguns fatores se evidenciaram mais no conteúdo de suas falas, como o econômico, tendo influência também a perspectiva de futuro proporcionada pelo mercado de trabalho, o acesso à informação profissional e o interesse prévio pela área escolhida. A família compareceu em 56,82% das

respostas dos participantes como a que mais influenciou na escolha, seguida por professores da escola ou de cursos preparatórios (34,09%) e fatores econômicos (34,09%).

*P11: "Meus familiares e professores falavam bastante sobre como o curso em questão seria bom para mim e para o meu futuro."*

*P25: "De certa forma, foi meio forçado pelos meus pais."*

Bohoslavsky (1977) refere-se ao grupo familiar como fundamental para a formação das bases significativas para a orientação do adolescente, podendo atuar como grupo positivo de referência, como também grupo negativo de referência. A família, sendo o grupo de participação e de referência do indivíduo, transmite seus valores, hábitos e costumes. Esses valores são reflexo da sociedade, que mantém a estrutura social, proporcionando o mínimo possível de mudança social. Observamos, assim, que todos os fatores se interligam de alguma forma, atuando de forma conjunta no momento da escolha profissional (BOHOSLAVSKY, 1977; SOARES, 2002).

Entretanto, a influência da família e dos fatores sociais como determinantes da escolha não significam que o adolescente não escolheu de forma autônoma, madura e consciente. É importante destacar que, para que essa influência seja harmônica, é necessário que o indivíduo perceba a nuance dessas influências, a condição das suas relações intrafamiliares e compreenda o seu contexto socioeconômico familiar. É a partir desses pontos que os conflitos referentes à escolha e à própria adolescência irão emergir, assim como as estratégias que o adolescente usará para enfrentar as mudanças que ocorrerão (TERRUGGI; CARDOSO; CAMARGO, 2019).

As expectativas familiares em relação a escolha profissional dos filhos e seu futuro podem auxiliar o indivíduo a construir o seu projeto de vida tendo acesso a outros projetos, ou o adolescente pode não se identificar com o que é imposto ou esperado dele. É o que observamos na fala dos participantes da pesquisa, em que mesmo afirmando que a escolha, na verdade, foi de terceiros, não se arrependia dela (*P8: "Fui influenciada por terceiro e não me arrependo da escolha."*), enquanto outros encontraram satisfação profissional na escolha que contrariava o interesse familiar (*P26: "Fui contra aquilo que a minha família queria em relação à minha carreira profissional e segui para a área em que estou até hoje."*).

Podemos observar também circunstâncias em que, devido a influência da família, o adolescente escolheu um curso que não queria e que não tinha afinidade (*P9: "Minha mãe que escolheu, (...) tive que cursar o que não queria, (...) só me atrasou na faculdade e não*



*segui o curso.”). Em contraponto, a família também pode atuar como fonte de informação em relação ao mercado de trabalho e as profissões [P19: “Minha mãe e professora me ajudaram a pesquisar os pros e contras de cada um dos cursos disponíveis (potenciais salários, demanda, carga horária, atuação prática, etc.)” (sic)]*

Como verificado e corroborando com Bohoslavsky (1977), a influência familiar pode atuar de forma positiva como negativa no processo de escolha do adolescente. Sendo multifatorial e influenciada também por diversos outros fatores, a influência exercida pela família costuma ter um peso maior no momento de decisão profissional, e por conta disso, também costuma ser a mais destacada nos estudos e pesquisas, e como observado em nossa investigação, na percepção dos participantes (TERRUGGI; CARDOSO; CAMARGO, 2019).

Em relação a influência dos grupos de pares, apenas 8 participantes informaram que amigos ou colegas influenciaram a sua escolha, a Participante 14 explicou que a influência se deu no momento da inscrição no seletivo: *“Um grupo de amigos que iam realizar o seletivo escolheram esse curso e como não sabia qual curso escolher, escolhi esse”*. O grupo de pares, segundo Bohoslavsky (1977), atua da mesma forma que o grupo familiar, entretanto, a influência que desempenha é somente de referência positiva para o adolescente, sendo os seus valores muitas vezes mais impositivos que os do grupo familiar. Dessa forma, apesar de não se destacar de forma massiva em nossa pesquisa, é importante analisar e compreender a relação do grupo de pares durante o processo de escolha do indivíduo, sendo o grupo onde o adolescente compartilha as suas angústias e medos referentes ao futuro.

A experiência escolar também pode exercer influência sobre a escolha do indivíduo, por meio da identificação com os professores ou por meio do interesse associado a alguma disciplina acadêmica.

*P6: “Eu gostava da aula, pedia para o professor me ensinar mais sobre os assuntos relacionados à química.”*

Assim como os outros fatores, essa influência pode agir de forma positiva ou negativa no processo de escolha do indivíduo, apresentando valores carregados socialmente pelos professores diante do mercado de trabalho ou da concepção de área que a disciplina carrega (PAIVA, 2019). Bock (2002) considera a experiência escolar do sujeito como um dos principais motivos ou determinantes da escolha, pois é a partir da facilidade e o interesse que o indivíduo tem pelas disciplinas escolares e pelas áreas de conhecimento que se aproxima ou se distancia das opções que tem conhecimento.

Apesar de todos esses fatores, os interesses, as motivações, as habilidades e as competências pessoais do adolescente são determinantes também e interferem em sua escolha.

*P21: "(...) no ensino fundamental eu tinha muito contato com a área de exatas, participava e ganhei medalhas em Olimpíadas de Astronomia e Astronáutica e participei de preparatórios feitos na escola para alunos que tinham bons resultados na Olimpíada de Matemática. Então por conta disso, a Informática era uma opção viável."*

Já os fatores econômicos, um dos fatores que mais se apresentou nas respostas dos participantes, fazendo referência à preocupação dos participantes com o ingresso ao mercado de trabalho, à falta de oportunidades disponíveis, ao desemprego após a finalização do curso, o baixo poder aquisitivo, além de fatores sociais associados, como a busca da ascensão social por meio dos estudos (SOARES, 2002).

*P34: "Os fatores econômicos são os mais influentes, uma vez que sempre buscamos melhorar nossa renda e situação financeira através de uma visão mais ampla de futuro (...)".*

Apesar de todo o discurso de uma educação politécnica, com a reforma do Ensino Médio, a educação brasileira tem buscado formar cidadãos treinados para o mercado de trabalho, que encontram um meio saturado e sem oportunidades, desencadeando em profissionais insatisfeitos em suas carreiras e sem experiências profissionais. Observou-se que a maioria dos participantes apenas adaptaram-se à opção que estava disponível para aquele momento, sendo sua escolha influenciada exclusivamente pelos custos ou lucros econômicos que ela acarretaria.

*P2: "Procurei um curso que pudesse me trazer algum retorno financeiro posteriormente."*

Sendo egressos de uma Instituição Federal pública de Ensino Integrado Profissionalizante, os participantes da pesquisa apresentaram que suas escolhas pelo curso estavam manifestamente influenciadas pela expectativa de futuro proporcionada pela ascensão social que o mercado de trabalho proporciona. Corroborando com Geremia, Luna e Bianchetti (2018), que salientaram estudos que demonstraram que a escolha por um curso técnico está associada à expectativa do adolescente de inserção no mercado de trabalho durante ou logo após a conclusão do curso. Agregando a essa premissa, Terruggi, Cardoso e Camargo (2019) acrescentam a cobrança familiar que alunos de escolas públicas sofrem em conseguir um emprego remunerado e contribuir na renda familiar.

*“P38: "A família me aconselhou a escolher que me identificasse mais que ao mesmo tempo tivesse uma boa oportunidade no mercado de trabalho.”*

Verificou-se que as dúvidas dos participantes, somadas à falta de maturidade frente a escolha profissional, repercutiram em um conhecimento do curso técnico distorcido da realidade em que se encontravam, precisando agregar a sua escolha a algum dos fatores de influência mencionados acima, ou a todos, para efetuar a sua tomada de decisão.

### 8.3 MATURIDADE PARA A ESCOLHA

Quando discute-se sobre maturidade para a escolha, é necessário sumariamente compreender o que os autores compreendem como maturidade, assim perceberemos que apesar da familiaridade com o termo, a Maturidade Profissional é um conjunto de atitudes e comportamentos e não apenas uma concepção do indivíduo.

O conceito de Maturidade Profissional inicialmente foi cunhado de Maturidade Vocacional, surgindo no início da década de 1950, com o precursor Donald Super e a sua Teoria Desenvolvimentista. O conceito de Maturidade Profissional refere-se a um conjunto de comportamentos, atitudes e competências relacionados ao processo de escolha e inserção profissional (NEIVA et al, 2005; JUNQUEIRA, 2010).

Em nossa pesquisa, notamos que a maioria dos participantes consideraram que não havia maturidade suficiente para escolher, naquele momento de sua vida, seja por falta de informação sobre o curso ou por não ter planos naquela idade para o futuro. Já outros, em sua minoria, consideraram que aquela havia sido uma decisão tomada de forma madura, que levaram em consideração suas aptidões e interesses.

*P4: "Eu não tinha conhecimento sobre a área que eu iria me inserir e escolhi a área baseada única e exclusivamente em achismo. Se eu tivesse a opção de escolher outra área hoje em dia, eu escolheria outra completamente diferente.”*

*P21: "Eu acredito que sim, na época eu tive meus critérios bem estabelecidos (...)"*

Independente da percepção dos participantes sobre o grau de maturidade que eles possuíam para escolher, consideramos que, para desenvolver uma escolha madura, consciente e autônoma, o indivíduo precisa adquirir um conjunto de atitudes e conhecimentos. Essas atitudes englobam estar determinado e seguro em relação à escolha, ter responsabilidade para

efetivá-la e tomar a decisão de forma independente, compreendendo os fatores que a influenciam, mas exercendo autonomia para decidir. Em relação aos conhecimentos, o indivíduo deve inicialmente conhecer as suas características pessoais, aptidões e interesses e, posteriormente, conhecer as profissões, os cursos, o mercado de trabalho, etc (NEIVA et al, 2005).

*P10: "Não. Porque não tinha certeza da minha decisão e nem conhecimento com propriedade acerca de cada profissão, só tinha uma pequena ideia, mas não conhecia o mercado de trabalho, os locais de trabalho e a atuação, propriamente dita."*

Enfatizamos que, apesar dos participantes mais informados sobre o curso e a profissão que estavam escolhendo naquele momento, a sua escolha precisaria estar integrada com as outras áreas de sua vida, com o seu contexto pessoal e social. Entretanto, percebeu-se entre os entrevistados a ausência de discernimento sobre o papel social da atividade profissional escolhida, a sua participação no mercado de trabalho e a realidade sócio-profissional brasileira. Assim como defendemos que a escolha é um processo, a maturidade para alcançá-la também perpassa por um processo de crescimento, reflexão pessoal, conhecimento das profissões e de sua inserção no meio social (SOARES, 2001).

P18: "(...) Não tinha tanto conhecimento do trabalho do técnico, o que iria aprender e no que iria trabalhar. Tanto do meu curso, quanto dos outros. Se soubesse, talvez teria escolhido um curso diferente."

Segundo Bohoslavsky (1977), uma escolha madura compreende a elaboração dos conflitos que acontecem durante o processo de escolha, utilizando as suas identificações como ferramentas. Dessa forma, uma escolha imatura percorreria um processo contrário de negação ou controle dos conflitos, em que eles não seriam elaborados e resolvidos, utilizando de forma defensiva as suas identificações, denominada por Bohoslavsky como uma escolha conflitiva (BOHOSLAVSKY, 1977).

P37: "Naquele momento, eu tinha apenas 15 anos, não tinha planos para o futuro e não pensava muito sobre nada. Só queria estudar em uma escola que todos diziam ser muito boa. A verdade é que comecei a estudar um curso que eu nem sabia o que era até o momento em que foi explicado na sala de aula."

Sendo a escolha um processo que se iniciou muito cedo na vida desses jovens e durará toda a vida deles, concebe-se que naquele momento de suas vidas eles tomaram uma escolha ajustada, que é uma escolha em que o adolescente precisou fazer uma síntese de seus

gostos, aspirações, interesses e habilidades com as opções e oportunidades externas disponíveis, tendo em conta o meio e o contexto social em que está inserido. É nesse momento que o adolescente decide a partir do que pode e do que não pode ser, passando por conflitos e crises (BOHOSLAVSKY, 1977).

P42: "Eu acredito que foi uma decisão tomada de forma madura, considerando o que eu tinha como certo **naquele momento da minha vida** (interesse pela Engenharia Civil e apreço pelas ciências exatas). Talvez hoje eu escolheria outro curso, mas eu definitivamente não seria quem sou hoje caso não tivesse feito Edificações." (grifo nosso).

Dessa forma, o adolescente forma a sua identidade pessoal e profissional, sendo a escolha um fator fundamental para esta formação. A construção da sua maturidade passará por um período de autoconhecimento, assim como de conflitos e crises, em que o adolescente está transitando do mundo infantil para o mundo adulto, questionando-se sobre quem é e quem deseja ser (SOARES, 2002).

Para alcançar o desenvolvimento profissional, segundo Super (1962 apud BOHOSLAVSKY, 1977), ele precisa passar por certas etapas, que são: crescimento (que se estende até os 14 anos), exploração (dos 15 aos 24 anos), estabelecimento (dos 25 anos aos 44 anos), manutenção e declínio (surge uma desaceleração, uma preparação para a aposentadoria e, posteriormente, a aposentadoria). Os jovens que participaram de nossa pesquisa, no momento em que precisaram decidir por uma carreira profissional, estavam durante a fase de crescimento, em que o adolescente está percebendo as suas habilidades e capacidades e a sua identidade está apoiada em suas identificações. De modo que, como não haviam vivenciado a fase de exploração, os adolescentes precisaram escolher sem experienciar o autoconhecimento a partir do desempenho de papéis (BOHOSLAVSKY, 1977).

Dessa forma, ressalta-se que os indivíduos, durante a tomada de decisão e até a posteriori, não consolidaram ainda a sua identidade profissional, estando a sua escolha passível de mudança no decorrer do seu desenvolvimento ocupacional, como veremos a seguir.

#### 8.4 REPERCUSSÃO NA VIDA PROFISSIONAL

Uma das hipóteses da nossa pesquisa referente a escolha profissional era o impacto da primeira escolha no fim do Ensino Médio, expressado pela reopção de carreira profissional

durante o Ensino Superior. Entre os nossos participantes, observou-se a preocupação de continuar com os estudos do Curso Técnico, optando pela mesma área durante a graduação.

P22: "Continuei na mesma área e durante a graduação em Design muitos dos assuntos abordados já tinham sido estudados por mim no curso técnico em Comunicação Visual (design gráfico), o que facilitou bastante a conclusão das disciplinas e projetos."

Conclui-se que o objetivo de prosseguir os estudos com uma formação superior interferiu de forma significativa no processo de escolha de alguns participantes, sendo um fator determinante para a decisão profissional do indivíduo. Concorda-se com Bock (2002) que, apesar de estabelecer uma escolha com um planejamento de futuro, os indivíduos demonstraram estar mais compreensivos dos seus processos, sendo observado em uma das falas da participante que menciona que o próprio Curso Técnico influenciou na sua escolha para a graduação (P17: "*Me ajudou a escolher o curso superior.*").

No quadro abaixo, verificamos que o segmento profissional de Design Gráfico foi o que mais abarcou os cursos de Artes Visuais, Comunicação Visual, Design de Móveis e Informática, seguido posteriormente pelo curso da Psicologia, que pode ser em decorrência da divulgação massiva da pesquisa entre alunos da Psicologia. Observou-se que os ex-alunos dos cursos de Eletroeletrônica e Eletrotécnica optaram por graduações das Ciências Exatas e Engenharias, como Bacharelado em Sistemas de Informação, Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia, Ciência da Computação, Engenharia Civil e Engenharia da Computação.

#### **QUADRO 2 - RELAÇÃO DAS GRADUAÇÕES E OS CURSOS TÉCNICOS CONCLUÍDOS**

<b>Graduação</b>	<b>Curso Técnico Concluído</b>
Arquitetura e urbanismo	Química
Bacharelado em segurança pública	Eletroeletrônica
Bacharelado em Sistemas de informação	Eletroeletrônica
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia / Engenharia Aeroespacial	Eletrotécnica
	Eletroeletrônica
Biologia	Eletrotécnica
Ciência da Computação	Eletroeletrônica

	Química
Design	Artes Visuais
	Comunicação Visual
	Design de Móveis
	Informática
	Química
Direito	Eletroeletrônica
Educação física	Química
Enfermagem	Eletroeletrônica
Engenharia Civil	Eletroeletrônica
Engenharia da computação	Eletroeletrônica
Estética	Informática para internet
Farmácia	Eletroeletrônica
	Química
Licenciatura em Química	Química
Medicina	Edificações
	Química
Odontologia	Química
Pedagogia	Eletroeletrônica
Psicologia	Comunicação Visual
	Design de Móveis
	Informática
	Meio ambiente
	Química

Fonte: Elaborado pela autora.

Já os egressos do curso de Química variaram bastante as áreas de atuação, evidenciando também a grande maioria dos participantes que apontaram que o Curso Técnico não influenciou em sua escolha durante a graduação, assim como trouxe problemas para a saúde mental dos mesmos.

*P12: "Não ajudou em nada, só lascou minha saúde mental mesmo. Me sinto como se tivesse perdido 3 anos da minha vida."*

Corroborando com uma pesquisa realizada por Santos, Teles e Mattos (2019), constatou-se que a maior parte dos participantes não conseguiram adentrar no mercado de trabalho da área escolhida, além de escolherem cursos que não estão alinhados ao mesmo segmento do curso técnico concluído. A pesquisa desses autores apresentou um baixo nível de satisfação com o curso de alunos de Química e Segurança do Trabalho, enquanto os cursos de Informática e Eletrotécnica apresentaram uma alta taxa de alunos pouco satisfeitos ou insatisfeitos com o curso.

*P10: "Nenhuma (repercussão), pois nunca atuei na área e não utilizo os conhecimentos que adquiri lá na minha atual área de formação."*

Em nossa pesquisa, notamos que os ex-alunos dos cursos de Química e Eletroeletrônica foram os que mais informaram que o Curso Técnico não influenciou de nenhuma forma em sua vida profissional pós-Ensino Médio. Além disso, participantes do curso de Química também foram os únicos que mencionaram a questão da saúde mental no fim do curso.

Em pesquisa realizada por Ribeiro e Maciel (2020), estudantes do Curso Técnico em Informática mencionaram fatores negativos que influenciam a sua escolha na continuidade dos estudos na mesma área que o técnico, como indecisão ou insegurança, cansaço, desmotivação, arrependimento e sobrecarga. Acreditamos também que o processo de escolha desses jovens influenciou significativamente na escolha pós-Ensino Médio, observando que mencionaram escolhas influenciadas somente por fatores familiares ou econômicos.

Assim como Santos, Teles e Mattos (2019), podemos inferir que quando a influência pela escolha não é exercida pelo adolescente, mas sim pela família, amigos, professores ou outros fatores externos, o adolescente acaba por não se identificar com o curso técnico cursado, mesmo durante os três anos, por não experienciar e explorar os papéis ocupacionais. Observa-se também uma alta taxa de insatisfação com o curso, assim como desapontamento



por não se inserir no mercado de trabalho, como havia sido prometido no momento da escolha.

Geremia, Luna e Bianchetti (2018) apontam estudos que evidenciam como a inserção no mercado de trabalho é associada à expectativa dos adolescentes durante ou logo após a conclusão do curso. Quando essa expectativa é frustrada, por não depender exclusivamente do estudante essa inserção, mas como também do setor econômico que intervém, recai apenas no indivíduo a responsabilidade por não conseguir adquirir experiência profissional na área escolhida.

*P7: "Hoje não trabalho na área em que fiz o curso técnico, então, apesar de hoje gostar muito da área, não tive experiências profissionais depois de formada, sendo que este é o principal motivo para cursá-lo."*

É possível concluir que os participantes que escolheram a partir de motivações pessoais, afinidade com a área e com base em suas habilidades e capacidades, foram os que tiveram melhor repercussão em sua vida pós-Ensino Médio, seguindo na mesma área, utilizando os conhecimentos adquiridos e afirmando que não se arrependeram de sua primeira escolha.

*P34: "Me influenciou demais na hora de me conduzir para bem escolher o mercado de trabalho do meu atual curso, me formou e me ensinou um pouco da dureza de uma profissão e as condições para aprender mesmo sendo difícil e muitas vezes improvável de concluir. Me fez ser perseverante e ter uma visão mais ampla de mundo."*

O debate em relação a escolha profissional de adolescentes que ingressarão nos Institutos Federais, assim como nas Escolas Públicas de todo o país com o Novo Ensino Médio, é fundamental para promover o desenvolvimento profissional destes indivíduos com ações no contexto escolar que envolvam a Orientação Profissional e a Educação para a Carreira, com o objetivo e compromisso de ajudá-los em seu processo de autoconhecimento, como também da realidade do universo profissional, orientando-os durante o processo de tomada de decisão e de transição da escola para o mercado de trabalho. Propõe-se com essas ações diminuir o número de evasões e promover projetos de vidas, possibilitando possíveis progressões de carreira para o futuro destes jovens.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebeu-se em nossa investigação, a concepção do sujeito durante o processo de escolha profissional a partir da abordagem sócio-histórica. Sendo assim, conforme destacado por Bock (2002), o ser se constitui enquanto ser sócio-histórico a partir de suas relações sociais, sendo o processo de escolha elaborado a partir de suas vivências. Dessa forma, enfatizamos que a escolha profissional dos jovens entrevistados pode sofrer alterações durante o decorrer de toda a sua vida, mesmo que estes passem por um processo autônomo, consciente e maduro, sua vivência é perpassada por experiências únicas e diversificadas, sendo suas escolhas durante a vida multideterminadas por diversos fatores.

Apesar disso, ações na área da Orientação Profissional podem influenciar e contribuir na redução de processos de escolhas marcados por trocas constantes de carreira e evasões, nos diferentes níveis da educação, seja no Ensino Médio regular, como no Técnico Integrado e no Ensino Superior. A pessoa investe, de certa forma, carga emocional e afetiva durante essas escolhas, sendo estes momentos marcados sempre por crises e impasses. Como observado, o comprometimento da saúde mental surgiu como elemento ocasionado pela escolha profissional dos jovens entrevistados, que influenciou significativamente no percurso profissional destes. Desse modo, o papel do psicólogo e orientador profissional, atuando com orientandos adolescentes, será de promover habilidades para que este domine e elabore as suas crises.

Através da nossa investigação, constatou-se que a escolha profissional de adolescentes no Ensino Fundamental possui grande influência da família e de professores, com as identificações se expressando seja de forma positiva ou negativa e carregadas de valores sobre as profissões. Esses valores tendem a ser reflexo da sociedade, que pretende manter a sua estrutura social intacta. Nota-se o impacto desse reflexo no fator socioeconômico, que esteve presente nas respostas dos participantes como determinante da escolha.

No que concerne à repercussão na vida profissional pós-Ensino Médio dos respondentes, a escolha profissional nesse nível de escolaridade sofreu impactos da primeira escolha relacionada ao Curso Técnico, seja para a continuidade dos estudos em um curso de Ensino Superior ou para a mudança de área profissional. Observa-se, também, que o tema da

Escolha Profissional não esteve presente na vida escolar da maioria dos participantes, sendo o contato com o tema ocorrido fora do ambiente escolar.

Diante do que fora exposto, destaca-se que para estes jovens a sua escolha no final do Ensino Médio Técnico não se restringiu apenas a uma escolha voltada para um Curso Superior, como também suas aspirações e anseios estavam voltados para a inserção no mercado de trabalho, sem passarem por um planejamento de carreira. Deduz-se que, durante a formação dos participantes, houve deficiência nos princípios que norteiam a Educação Profissional e Tecnológica. Essa deficiência pode ser explicada pelo fato da maioria dos participantes atravessarem boa parte de sua formação durante o período crítico da pandemia de COVID-19 (2020-2021), ocasionando defasagem em uma formação que busca trabalhar a integralidade dos sujeitos.

Com o novo Ensino Médio, a BNCC-EM estabelece 10 competências para a Educação Básica, para assegurar aos estudantes os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Uma dessas competências traz o tema do Mundo do Trabalho e Projeto de Vida:

“6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade” (BRASIL, 2018, p. 9).

Dessa forma, corroborando com a Lei nº 13.415/2017, a Orientação Profissional e a Educação para a Carreira encontram um caminho promissor e acessível para a execução de ações ao longo da escolarização dos adolescentes, com o fim de auxiliar na construção de seus projetos de vida, a compreensão dos valores relacionados ao mundo do trabalho e no desenvolvimento de competências para prosseguir com seu planejamento de futuro desempenhando escolhas prospectivas, responsáveis, autônomas e independentes. Com isso, propõe-se a realização de processos de Orientação Profissional e de Carreira para alunos que se encontram finalizando o Ensino Fundamental, sendo acompanhados durante todo o Ensino Médio.

Defende-se que a preparação do indivíduo para a escolha profissional não deve se restringir a apenas uma etapa final da Educação Básica, mas como um caminho a ser percorrido durante toda a sua formação, em todas as etapas e modalidades de ensino. Com o compromisso de promover o seu autoconhecimento, o conhecimento da realidade, oferecer informação profissional e orientar acerca das oportunidades e do mundo do trabalho,

preparando-o não somente para o momento de uma escolha específica, mas para todos os seus processos de tomada de decisão, como também suas transições ao decorrer da vida.

Sendo a Educação para a Carreira uma modalidade da Orientação Profissional e de Carreira, incrementá-la no contexto educacional enriquecerá o trabalho que começou a ser realizado por professores nas escolas públicas brasileiras. Consistindo em uma abordagem pedagógica que utiliza técnicas de ensino-aprendizagem, seu objetivo é propiciar o desenvolvimento profissional dos estudantes, colaborando para a construção de seus projetos de vida. A Educação para a Carreira oferecerá para os alunos a base para que aprendam a realizar escolhas conscientes e autônomas, sempre levando em conta as suas vivências e o contexto em que estão inseridos, atribuindo sentido ao trabalho (SILVA & DE CARVALHO, 2020).

Destaca-se, além de todos os aspectos que envolvem a pessoa, a sua escolha e os fatores que a determinam, o cenário atual do mercado de trabalho que sofre alterações constantes, como o desaparecimento de postos de trabalho, o surgimento de novas profissões e o impacto das reformas trabalhistas e previdenciárias na vida do trabalhador.

Ressalta que, durante a execução deste trabalho, ocorreram diversas mudanças político-pedagógicas na Educação Básica e Profissional Tecnológica do país, uma delas é a aprovação da quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, que alterou a denominação de alguns cursos, como também a carga horária mínima, e incluiu treze novos Cursos Técnicos (BRASIL, 2020). No âmbito estadual, o IFMA está executando ações com a finalidade de atualizar seus respectivos Planos de Oferta de Cursos (POC), fazendo um levantamento de cursos a serem extintos e colhendo propostas de novos cursos, com o objetivo de atualizar o PDI 2019-2023 (IFMA, 2022).

Nessa perspectiva, enfatizamos também a ampliação da Orientação Profissional com adolescentes das camadas populares, com a introdução das discussões sobre o mercado de trabalho e a construção de um projeto de vida consciente das condições que o influenciam, com o propósito de oportunizar a elaboração e ressignificação de sua realidade, com o planejamento de estratégias que possam subverter o sistema e ocasionar a mudança social esperada.

Algumas das dificuldades enfrentadas para a realização desta pesquisa foram: a) a demora no retorno do CEP-HUUFMA em relação a análise do projeto de pesquisa na Plataforma Brasil, com o envio do parecer e com a aprovação para o início da pesquisa, o que

ocasionou a mudança constante do cronograma na Plataforma, devido a demora na análise; b) a divulgação da pesquisa nos meios de comunicação oficiais dos campi da Região Metropolitana de São Luís, sendo somente o campus do Centro Histórico que compartilhou e respondeu ao contato realizado.

Propõe-se, com o presente trabalho, ações e pesquisas voltadas para o processo de escolha do adolescente antes da sua Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Tais estudos e pesquisas contribuirão para a abordagem sobre o tema da escolha profissional na adolescência, principalmente na faixa etária dos 13-14 anos, relacionado à escolha de um Curso Técnico integrado ao Ensino Médio. Com a implementação do Novo Ensino Médio, enfatiza-se também a promoção de estudos na área da Orientação Profissional para preparar os adolescentes que ingressarão no Ensino Médio e passarão por um momento de escolha do itinerário formativo, além de auxiliar no processo de transição desses jovens para o mundo adulto, apresentando a realidade socioprofissional brasileira.

Conclui-se, portanto, que conseguimos alcançar os objetivos gerais e específicos: analisando a percepção dos egressos sobre o seu processo de escolha de um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio; identificando os fatores que determinaram as suas escolhas e discutindo a relação da maturidade para a escolha profissional, além das repercussões para as suas carreiras profissionais.

Buscou-se com essa investigação proporcionar a discussão e contribuir com os conhecimentos teóricos relacionados ao processo de escolha, principalmente na esfera da formação técnica profissionalizante, além de fomentar o debate na área da Orientação Profissional e de Carreira e da Educação Básica.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Nília Feitosa. **Lei nº 13.415/2017**: implicações no ensino médio integrado na rede de ensino pública do estado do Maranhão. Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação/CCSO. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2020.

AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo; MARTINS, Gustavo Henrique; HERNÁNDEZ, Débora Noemí. Por que os adolescentes buscam fazer orientação profissional? Um estudo preditivo com estudantes brasileiros. **Trends in Psychology**, v. 26, p. 1971-1984, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1979.

BERNARDIM, Márcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da. Juventude, Escola e Trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao ensino médio. **Educação em Revista**, v. 32, p. 211-234, 2016.

BOCK, Silvio Duarte. **Orientação Profissional**: a abordagem sócio histórica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional**: a estratégia clínica. Tradução de José Maria Valeije Bojart. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BRASIL. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Diário Oficial da União, 2018. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622)>. Acesso em: 16/08/2021.

\_\_\_\_\_. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto de Lei da Comissão Especial Destinada a Promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio nº 6.840-A, de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências[...]. Disponível em:

<[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra%3Bjsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filename=Avulso+-PL+6840/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra%3Bjsessionid=07B2A00572F05272A556376633D02316.proposicoesWeb2?codteor=1480913&filename=Avulso+-PL+6840/2013)>. Acesso em: 24/10/2022.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Disponível em:

<<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021-297767578>>. Acesso em: 02/06/2021.

\_\_\_\_\_. COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA. **Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 24 fev. 2021b. Disponível em: <[http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio\\_Circular\\_2\\_24fev2021.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/Oficio_Circular_2_24fev2021.pdf)>. Acesso em: 02/06/2021.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 01/05/2021.

\_\_\_\_\_. CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Diário Oficial da União, 2016. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 01/05/2021.

\_\_\_\_\_. Decreto Nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909. Crêa nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primario e gratuito. **Diário Oficial da União**, 26/9/1909, Página 6975.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 4.127, de 25 de Fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 27/2/1942a, Página 2957.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 4.244, de 9 de Abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 10/4/1942b, Página 5798.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de Janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). **Diário Oficial da União**, 24/01/1942c, p. 1231, col. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de Janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 9/2/1942d, Página 1997.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de Janeiro de 1942. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). **Diário Oficial da União**, 24/01/1942e, p. 1231, col. 1.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 4.127, de 25 de Fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 27/2/1942f, Página 2957.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei Nº 4.073, de 30 de Janeiro de 1942. Lei orgânica do ensino industrial. **Diário Oficial da União**, Seção 1, 9/2/1942g, Página 1997.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e

Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17/2/2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 10/12/2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.513, de 26 de Outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); [...]. **Diário Oficial da União**, 27/10/2011. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112513.htm)>. Acesso em: 24/10/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.005, de 25 de Junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26/6/2014, Edição extra. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm)>. Acesso em: 24/10/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, (...). **Diário Oficial da União**, 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.html)>. Acesso em: 02/06/2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.552, de 16 de Fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 17/2/1959. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3552.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3552.htm)>. Acesso em: 24/10/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.545, de 30 de Junho de 1978. Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 4/7/1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6545.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6545.htm)>. Acesso em: 24/10/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.863, de 31 de Outubro de 1989. Dispõe sobre a transformação da Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica. **Diário Oficial da União**, 1/11/1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1989\\_1994/l7863.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l7863.htm)>. Acesso em: 24/10/2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 01/05/2021.

\_\_\_\_\_. Medida Provisória nº 746, de 22 de Setembro de 2016. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, (...). **Diário Oficial da União**, Seção 1, Edição Extra, 23/9/2016, Página 1.



\_\_\_\_\_. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília, DF: MEC, 2018.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 2, de 15 de Dezembro de 2020. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. **Diário Oficial da União**, 16/12/2020, Edição 240, Seção 1, Página: 81.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**, XIII Plenário. Brasília, DF: CFP, 2005.

COSTA, Maria Adélia; COUTINHO, Eduardo Henrique Lacerda. Educação Profissional e a Reforma do Ensino Médio: lei nº 13.415/2017. **Educação & Realidade**, v. 43, p. 1633-1652, 2018.

COUTO, Daiane Bocard do; VICENTE, Carla Cristine. Experienciando a Prática da Orientação Profissional no Final do Ensino Fundamental. In: LASSANCE, Maria Célia Pacheco; AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo (Org.). **Investigação e práticas em orientação de carreira: cenário 2018**. 1. ed. Porto Alegre: Associação Brasileira de Orientação Profissional, 2018, p. 20.

DE MENDONÇA, Tatiane Rose Oliveira; DOS SANTOS, Larissa Medeiros Marinho. Trajetórias de egressos de um Programa de Orientação Profissional: contextos e escolhas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 20, n. 1, p. 67-77, 2019.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, 41(144), 772-789, 2011.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; SOBRINHO, Sidinei Cruz. O retrocesso da reforma do ensino médio, a BNCC, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos Institutos Federais-IFs. **Revista Inter Ação**, v. 45, n. 1, p. 151-168, 2020.

FERREIRA, Samuel; AZEVEDO, Rosa. Orientação profissional e formação humana integral na educação profissional técnica de nível médio. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 107-129, 2020.

FERRETI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro da. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 385-404, 2017.

FIGUEIREDO, Natália Gomes da Silva; SALLES, Denise Medeiros Ribeiro. Educação Profissional e evasão escolar em contexto: motivos e reflexões. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, p. 356-392, 2017.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de pesquisa**, p. 21-39, 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GEREMIA, Hellen Cristine; LUNA, Iúri Novaes; BIANCHETTI, Lucídio. Influência Familiar no Processo de Escolha Profissional dos Filhos pela Formação Técnica Profissionalizante. In: LASSANCE, Maria Célia Pacheco; AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo (Org.). **Investigação e práticas em orientação de carreira: cenário 2018**. 1. ed. Porto Alegre: Associação Brasileira de Orientação Profissional, 2018, p. 39.

GEREMIA, Hellen Cristine; NAZARIO, Camila Spillere Busarello. Clube Planejamento de Vida e Carreira: Orientação Profissional no Contexto do Ensino Médio Integrado. In: LASSANCE, Maria Célia Pacheco; AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo (Org.). **Investigação e práticas em orientação de carreira: cenário 2018**. 1. ed. Porto Alegre: Associação Brasileira de Orientação Profissional, 2018, p. 111.

GERHARDT, Tatiana Engel et al. Estrutura do projeto de pesquisa. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**. Plageder, 2009.

IFMA. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. São Luís, 2019.

\_\_\_\_\_. **As Novas Diretrizes Curriculares EPT no Contexto da Rede Federal de Educação Profissional**: Documento FDE/CONIF. 2021. Disponível em: <[https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2021/04/10.-Documento-final\\_GT-Dirigentes-de-Ensino-FDE-revisao-final-2021.pdf](https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2021/04/10.-Documento-final_GT-Dirigentes-de-Ensino-FDE-revisao-final-2021.pdf)>. Acesso em: 01/06/2022.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 120, de 24 de outubro de 2016**. Dispõe sobre as alterações no § 2º do Art. 1º, no item b, Inciso II do Art. 7º e no Art. 19, do Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão aprovado pela Resolução nº 076/2013. Disponível em: <[https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Estatuto\\_IFMA.pdf](https://portal.ifma.edu.br/wp-content/uploads/2018/03/Estatuto_IFMA.pdf)>. Acesso em: 22/10/2022.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (INESC). **A conta do desmonte: Balanço do Orçamento Geral da União 2021**. Distrito Federal: INESC, 2022.

JUNQUEIRA, Maria Luiza. **Maturidade para a escolha da carreira em adolescentes de um serviço de orientação profissional**. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP: Ribeirão Preto, 2010.

MELLO, Livia Mouriño de. **Trabalho e Educação: Da Ontologia do ser social à subsunção real ao capital**. 2019. Disponível em: <<https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC54/MC543.pdf>>. Acesso em: 24/10/2022.

MELO-SILVA, Lucy Leal; MUNHOZ, Izildinha Maria da Silva; LEAL, Mara de Souza. Orientação profissional na educação básica como política pública no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 20, n. 1, p. 3-18, 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. Editora HUCITEC: São Paulo. 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Brasília, DF: SETEC, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Análise dos Indicadores de Gestão das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**: Exercício 2012. Brasília: MEC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Plataforma Nilo Peçanha 2021**: (Ano Base 2020). Versão 3. Brasil: MEC/SETEC, 19 out. 2021. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **Plataforma Nilo Peçanha 2022**: (Ano Base 2021). Versão 1.1. Brasil: MEC/SETEC, 8 abr. 2022. Disponível em: <http://plataformanilopecanha.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

NEIVA, Kathia Maria Costa et al. Um estudo sobre a maturidade para a escolha profissional de alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6, n. 1, p. 1-14, 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203016890002>>. Acesso em: 20/04/2022.

PADOIN, Egre; AMORIM, Mário Lopes. O percurso da Educação Profissional no Brasil e a criação dos Institutos Federais nesse contexto. **Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**, v. 15, 2016.

PAIVA, Tarciany Santos. **Escolha do Curso**: concepções de alunos de Psicologia, ex-participantes da orientação profissional. Monografia apresentada ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2019.

PETRUCCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia (Org.). **Características étnico-raciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2013.

PREDIGER, Juliana; SILVA, Rosane Azevedo Neves da. Contribuições à prática do psicólogo na educação profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, p. 931-939, 2014.

PRENAE divulga normas para campi atualizarem oferta de cursos. **Instituto Federal do Maranhão**, São Luís, 4/05/2022. Disponível em: <<https://portal.ifma.edu.br/2022/05/24/prenae-divulga-normas-para-campi-atualizarem-oferta-de-cursos/>>. Acesso em: 05/12/2022.

RABELLO, Elaine; PASSOS, José Silveira. **Erikson e a teoria psicossocial do desenvolvimento**. v. 1, 2015. Disponível em <<https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Erikson-e-a-teoria-psicossocial-do-desenvolvimento.pdf>>. Acesso em: 09/10/2022.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, v. 5, 2014a.

\_\_\_\_\_. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. Cadernos de Pesquisa em Educação, n. 39, 2014b.

\_\_\_\_\_. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

RIBEIRO, Karen da Silva Figueiredo Medeiros; MACIEL, Cristiano. Fatores de Influência na Escolha pela Continuidade da Carreira em Computação pelas Estudantes de Ensino Médio Técnico em Informática. In: **Anais do XIV Women in Information Technology**. SBC, 2020. p. 40-49.

SANTOS, Thaylane Évelyn da Silva; TELES, Rogério Mesquita; MATTOS, Cláudia Maria Paixão. “Ser ou Não Ser, Eis a Questão”: Estudo sobre as Intenções de Escolha do Curso de Ensino Superior pelos Alunos Concluintes dos Cursos Técnicos Integrados do IFMA - Campus São Luís – Monte Castelo. In: Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar, 5., 2018, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: EDIFMA, 2019.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politécnica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1, p. 131-152, 2003.

\_\_\_\_\_. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, p. 147-164, 1994.

SILVA, Klever Corrente; DE CARVALHO, Olgamir Francisco. Mapeamento das iniciativas de trabalho com Projeto de Vida e a pertinência da Educação para a Carreira. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 2, p. 68-80, 2020.

SOARES, Dulce Helena Penna. **A Escolha Profissional**. Grupo Editorial Summus, 2002.

SOUSA, Rúben Edgar Ferreira. **Interesses vocacionais e (in) decisão vocacional**: estudo exploratório com estudantes do ensino profissional artístico. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora.

SOUZA, Lirani Firmo Da Costa et al. A Psicologia Sócio-Histórica e suas Contribuições no Processo de Escolha Profissional na Adolescência: uma revisão bibliográfica. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - ALAGOAS**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 41,

2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/6177>. Acesso em: 10 dez. 2022.

TERRUGGI, Tatiana Petroni Laurito; CARDOSO, Hugo Ferrari; CAMARGO, Mário Lázaro. Escolha Profissional na Adolescência: a família como variável influenciadora. **Pensando famílias**, v. 23, n. 2, p. 162-176, 2019.

TOLEDO, José Roberto de. Desemprego cresce 38% no governo FHC. **Folha de São Paulo, São Paulo**, 31 de janeiro de 1999. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi31019919.htm>>. Acesso em: 03/10/2022.

TOMIO, Noeli Assunta Oro; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Adolescência: uma análise a partir da psicologia sócio-histórica. **Teoria e prática da Educação**, v. 12, n. 1, p. 89-100, 2009.

TONN, Camila Felipe; GEREMIA, Hellen Cristine; SCHWEITZER, Lucas. Maturidade para escolha profissional e expectativas de alunos de cursos técnicos do PRONATEC. In: LASSANCE, M. C. P.; LEVENFUS, R. S.; MELO-SILVA, L. L. **Orientação de carreira: investigação e práticas [Career counseling: Research and practices]**. Porto Alegre, Brazil: Associação Brasileira de Orientação Profissional, pp. 47 - 56, 2015.

ZAPELINI, Cristiane Antunes Espindola; REMOR, Gabriela Romani; FARIAS, Tarsia Paula Piovesan. Intervenção em Orientação Profissional em Instituto Federal: Escolher Escolher-se. In: LASSANCE, Maria Célia Pacheco; AMBIEL, Rodolfo Augusto Matteo (Org.). **Investigação e práticas em orientação de carreira: cenário 2018**. 1. ed. Porto Alegre : Associação Brasileira de Orientação Profissional, 2018.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar, como voluntário, da pesquisa “O Processo de Escolha na Adolescência: percepções de egressos do Ensino Médio Técnico Integrado”, que tem como principal objetivo analisar a percepção de egressos sobre o processo de escolha de um Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio. Para participar da pesquisa é necessário ser ex-aluno de uma instituição de Ensino Médio Técnico Integrado, ter cursado o Ensino Médio na Região Metropolitana de São Luís, ter mais de 18 anos e participar de modo espontâneo. Não poderão participar da pesquisa egressos que tenham concluído o Ensino Médio Integrado há mais de cinco anos e que estejam participando da pesquisa por coerção.

A pesquisa consistirá em uma etapa, que refere-se ao preenchimento do questionário eletrônico, disponibilizado a seguir. Serão abordados os seguintes tópicos: Perfil Sócio-econômico; Informações sobre o Ensino Médio; Vivências relacionadas à Escolha Profissional durante a Educação Profissional e Tecnológica; Vivências anteriores e posteriores ao Ensino Médio, relacionados a Carreira Profissional.

A duração pode ser de 5 até 15 minutos. O preenchimento do questionário acontecerá em horário e dia definido pelo participante, pela facilidade do acesso em ambiente virtual. É garantido o sigilo de qualquer informação que possibilite sua identificação e os resultados finais serão apresentados na forma de trabalho de conclusão de curso, artigos científicos e apresentações em eventos acadêmicos. Ressalta-se que você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Destaca-se ainda que a pesquisa apresenta dois riscos mínimos. Alguns riscos são característicos do meio eletrônico utilizado para a pesquisa, consoante as limitações da tecnologia utilizada, especialmente em relação a assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação. No entanto, para minimizar riscos relacionados à privacidade, a pesquisadora fará o download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Outro possível risco, diz respeito a eventuais incômodos ao responder às questões. Entretanto, caso seja necessário, com vistas a amenizar ou eliminar possíveis desconfortos, você possui o direito de não responder qualquer questão, sem necessidade de explicação ou justificativa para tal, podendo também se retirar da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo ou penalidade para você.

O benefício que esse trabalho poderá trazer para você não é direto e imediato, mas os resultados podem contribuir para a construção de Políticas Públicas efetivas que previnam a evasão escolar de adolescentes no Ensino Médio. Pela participação não será fornecido nenhum benefício monetário e não acarretará nenhum custo.

Caso aconteça, durante a pesquisa ou mesmo após encerrada a sua participação, qualquer dano, a pesquisadora responsável estará disponível para saná-los, garantindo assistência, suporte e orientação, caso seja necessário, fazendo os devidos encaminhamentos e, assim, indenizar as consequências provenientes dessa pesquisa. Todas as informações requeridas, bem como dúvidas surgidas, serão prontamente respondidas pela pesquisadora dentro do horário comercial (08h às 12h e 14h às 18h), pelos contatos: Maria Luiza de Oliveira Castro - (98) 98276-0609 / maria.loc@discente.ufma.br.

A pesquisadora responsável coloca-se à disposição para maiores esclarecimentos.

Em caso de dúvidas quanto a questões éticas em relação à pesquisa, você poderá entrar em contato com Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário - UFMA, grupo não remunerado formado por diferentes profissionais e membros da sociedade que avaliam um estudo para julgar se ele é ético e garantir a proteção dos participantes, localizado na Rua Barão de Itapary, 227, 4º andar, Centro, São Luís-MA, CEP - 65020-070. Contatos: (98) 2109-1250 / [cep@huufma.br](mailto:cep@huufma.br). O funcionamento do órgão ocorre de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 17h.

Você pode ter acesso a uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelo link: [TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO \(TCLE\).pdf](#). Baixe uma cópia deste documento, é importante que você guarde-a em seus arquivos. Uma via deste documento ficará com o pesquisador responsável e a outra com o participante da pesquisa.

Caso concorde em participar, será considerada a anuência quando você tiver de fato respondido ao questionário da pesquisa. Estando de acordo com os critérios necessários e desejando colaborar com a pesquisa, marque a opção abaixo.

( ) Declaro, por meio deste termo, meu consentimento livre e esclarecido para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “O Processo de Escolha na Adolescência: percepções de egressos do Ensino Médio Técnico Integrado”, sob a responsabilidade da acadêmica Maria Luiza de Oliveira Castro, do curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob a orientação da Profa. Dra. Rosane de Sousa Miranda, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.



MARIA LUIZA DE OLIVEIRA CASTRO

Pesquisadora Responsável

Contato: [maria.loc@discente.ufma.br](mailto:maria.loc@discente.ufma.br) / (98) 98276-0609

ROSANE DE SOUSA MIRANDA

Orientadora

Contato: [rosane.miranda@ufma.br](mailto:rosane.miranda@ufma.br)

## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ELETRÔNICO

## 1. Idade

---

## 2. Sexo

- Feminino
- Masculino
- Outro:

## 3. Cor/Raça

- Branca
- Preta
- Indígena
- Pardo
- Amarelo

## 4. Naturalidade (Cidade/Estado)

---

## 5. Qual a sua renda familiar mensal atualmente?

- Abaixo de um salário mínimo (R\$ 0,00 a R\$ 1.211,00)
- Um salário mínimo (R\$ 1.212,00)
- Acima de um salário mínimo (R\$ 1.212,00 a R\$ 6.059,00)
- Acima de 5 salários mínimos (R\$ 6.060,00)

## 6. Quantas pessoas moram junto com você?

- 0 a 1
- 2 a 3
- 4 a 5
- Outro:

## 7. Instituição onde concluiu o Ensino Médio

- IFMA - MONTE CASTELO
- IFMA - CENTRO HISTÓRICO
- IFMA - MARACANÃ
- OUTRA INSTITUIÇÃO... \_\_\_\_\_

## 7.1. Ano de conclusão

- 2017
- 2018
- 2019
- 2020
- 2021

## 7.2. Curso Técnico Concluído

## 8. No momento, você está se preparando para o vestibular?

- Sim
- Não
- Outro:

## 9. Em relação a graduação, você:

- Pretende se graduar
- Está se graduando
- Já se graduou
- Não pretende se graduar

## 9.1. Se sim, qual graduação?

## 10. Atualmente, você está trabalhando?

- Sim
- Não
- Outro:

## 10.1. Trabalha ou já trabalhou em área relacionada ao curso técnico?

- Sim
- Não
- Outro

## 10.2. Se sim, em qual área?

**Sobre a sua escolha...**

1. Durante o Ensino Fundamental, você vivenciou alguma atividade/situação que contribuiu

para a sua escolha do Curso Técnico no Ensino Médio?

---

---

---

2. O tema da Escolha e Carreira Profissional esteve presente durante os anos que cursou o Ensino Fundamental?

- Sim  
 Não

2.1. Se sim, ocorreu dentro ou fora do ambiente escolar?

- Dentro do ambiente escolar  
 Fora do ambiente escolar

3. De que maneira você descreveria o seu momento de escolha do Curso Técnico que concluiu?

---

---

---

---

---

3.1. Você percebe se houve influência(s) na sua escolha:

- da sua família  
 de seus amigos ou colegas  
 dos fatores econômicos  
 professores da escola ou de cursos preparatórios

3.2 Como essa(s) influência(s) se deu(deram)?

---

---

---

3.4. Quais outros fatores, não citados anteriormente, você considera que influenciaram a sua escolha?

---

---

---

---

---

4. Você considera que tinha maturidade para escolher o Curso Técnico concluído? Por quê?

---

---

---

---

---

5. De que forma a sua escolha repercutiu na sua vida profissional pós-Ensino Médio?

---

---

---

---